



R

RADIS

Nº225 JUN 2021



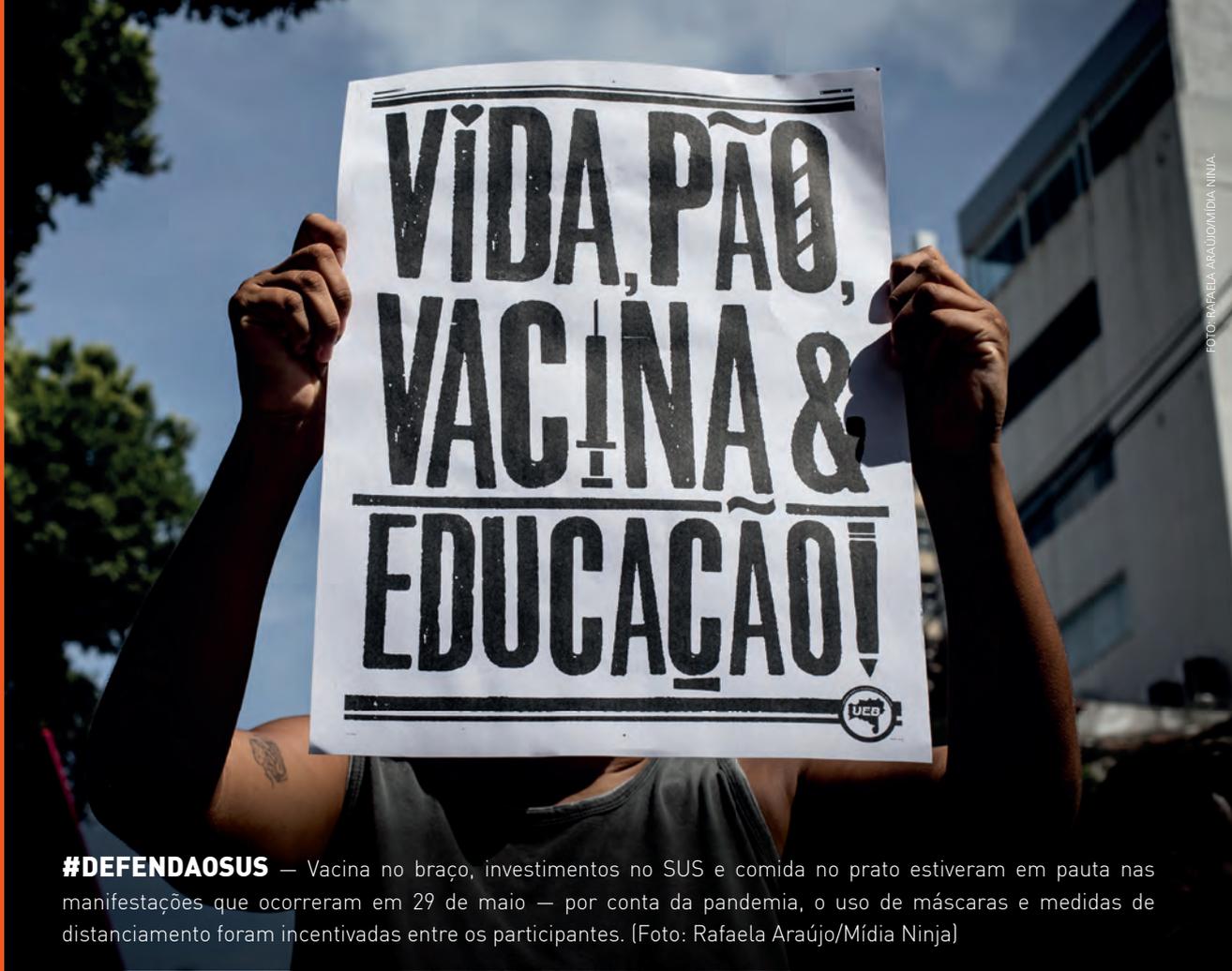
ENSP



FIOCRUZ

A FOME É REAL

Cada vez mais brasileiros vivem
o risco de não ter o que comer



#DEFENDAOSUS — Vacina no braço, investimentos no SUS e comida no prato estiveram em pauta nas manifestações que ocorreram em 29 de maio — por conta da pandemia, o uso de máscaras e medidas de distanciamento foram incentivadas entre os participantes. (Foto: Rafaela Araújo/Mídia Ninja)

RADIS

edição 225 junho 2021

CAPA: FOTO DE EDUARDO DE OLIVEIRA

- EDITORIAL
- 3** A fome e a vida não podem esperar
- 4** VOZ DO LEITOR
- 5** SÚMULA
- CAPA | SEGURANÇA ALIMENTAR
- 10** País faminto
- 17** Olhares sobre a fome
- 18** Entrevista: "A situação da fome vai se agravar"
- 19** Entrevista: "Não ter o que comer é a pior das violações"

- 20** Xingu contra a fome
 - SAÚDE GLOBAL
- 21** O tabuleiro da pandemia
 - COMUNICAÇÃO E SAÚDE
- 24** Histórias do SUS em verso e prosa
 - ARTE E CULTURA
- 30** Longe dos palcos
- 34** SERVIÇO
 - PÓS-TUDO
- 35** Estamos morrendo de trabalhar

A FOME E A VIDA NÃO PODEM ESPERAR

“A tontura da fome é pior do que a do álcool. A tontura do álcool nos impele a cantar. Mas a da fome nos faz tremer. Percebi que é horrível ter só ar dentro do estômago”. (Carolina Maria de Jesus, no livro Quarto de Despejo, em 1960)

O artigo 6º da Constituição Brasileira estabelece que a alimentação é um direito social, como a saúde, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer e a segurança. Então, o que justifica o vergonhoso quadro de milhões de brasileiros sem ter o que comer num país que até recentemente havia deixado o Mapa da Fome? Como um país que produz safras recordes de grãos ignora a fome de milhões de pessoas em seu território?

Radis buscou respostas para essas perguntas e registra nesta edição um importante panorama da fome no Brasil. É preciso ter consciência de que a pandemia, além de tirar a vida de quase meio milhão de brasileiros, fez crescer o desemprego e a desigualdade, trazendo como efeito mais perverso o aumento da fome. Mas não só a covid-19 é responsável por este estado de coisa, já que a insegurança alimentar, desde 2016, vem trilhando o perigoso caminho rumo à fome, que já atinge 19 milhões de pessoas.

O ajuste fiscal, que congelou salários e investimentos por 20 anos, praticado no governo anterior, as reformas excludentes como a da Previdência e Trabalhista, a extinção de programas de combate à fome e políticas públicas de acesso à renda, são equívocos perversos que não enfrentam as verdadeiras dificuldades do país, mas que pesam sobre os mais pobres, fazendo-os pagar o preço de uma crise que não produziram, às vezes com a própria vida.

O enfrentamento justo deveria começar por uma Reforma Tributária séria, em que os mais ricos pagassem os reais impostos que lhe cabem, e uma auditoria da dívida pública, que avaliasse de que forma os juros que sangram os recursos do país são pagos para emissão de títulos públicos, uma negociação entre o Tesouro e o Banco Central, em que só quem sai ganhando é o mercado financeiro. Aliás, o lucro dos bancos continuou batendo recordes, enquanto milhões vagam em busca de emprego, renda e comida.

Uma análise mais detalhada das reformas implementadas vai identificar que a Trabalhista, por exemplo, não foi capaz de gerar os empregos que prometia e só ajudou a colocar na informalidade e na “pejotização” — quando o empregado passa a ser pessoa jurídica ao invés de dispor do contrato de trabalho — milhares de trabalhadores que ficaram sem

amparo trabalhista algum. O que se consolidou, na verdade, foi um sistema de desproteção social que se agravou nos dois últimos anos.

Junto com a pandemia, a inflação volta a assustar os brasileiros, com o aumento de preços e a alta de alimentos, devido ao modelo agrícola equivocados, voltado principalmente para a exportação e sujeito às oscilações do mercado internacional, com isenção de tributos sobre as exportações. O agronegócio mantém seu ganho, enquanto a fome aumenta no campo e nas cidades.

A pandemia, consequência do vírus e da falta de vacina, além de trazer grande atraso na educação, contribuiu para aumentar a insegurança alimentar de milhares de crianças e adolescentes, já que com a transferência das aulas para o espaço virtual, muitos estudantes perderam o único local em que podiam realizar refeições mais nutritivas ou a única do dia. E muito pouco foi feito para socorrer esse enorme contingente de crianças e jovens. A ausência e a falta de competência de uma coordenação central se fazem notar porque poderiam minimizar o estrago que a falta de alimentação traz nessa faixa etária, assim como o acesso às ferramentas necessárias para o aprendizado, o que escancara e aumenta a desigualdade.

Ainda nesta edição, Radis traz um instigante texto de Ynaê Lopes dos Santos que trata do trabalho e suas consequências na pandemia ao longo de cinco gerações, além do relato de como estão vivendo e sobrevivendo as pessoas que vivem da arte no Brasil e que estão longe dos palcos.

A solução para todas as questões que estão por traz da falta de emprego, da renda e da fome parece distante e envolve uma série de fatores estruturais que estão impregnados na sociedade brasileira. Mas é preciso um recomeço urgente, porque como ensinou Herbert de Souza (o Betinho, 1935-1997): “quem tem fome tem pressa” e a vida não pode esperar.

Radis lamenta a morte do grande amigo e incentivador de nosso trabalho, o pesquisador e ex-diretor da Escola Nacional de Saúde Sergio Arouca (Ensp), Antonio Ivo de Carvalho, que faleceu em 10 de junho. Antonio Ivo foi um dos idealizadores do SUS e de dezenas de projetos envolvendo a saúde pública, controle social, redução das desigualdades sociais, acesso aos serviços e formação de gestores para a saúde. Atualmente era coordenador do Centro de Estudos Estratégicos (CEE) da Fiocruz, projeto que concebeu em 2014. A memória de Antonio Ivo segue conosco!



■ JUSTA HELENA FRANCO SUBCOORDENADORA DO PROGRAMA RADIS

SUA OPINIÃO

Para assinar, sugerir pautas e enviar a sua opinião, acesse um dos canais abaixo

E-mail radis@ensp.fiocruz.br Tel. (21) 3882-9118 End. Av. Brasil, 4036, Sala 510 Manguinhos, Rio de Janeiro, RJ CEP 21040-361



PNI ENFRAQUECIDO

Tema muito pertinente. Temos lutado com essa delegação aos estados e municípios para que as pessoas com doenças raras sejam vacinadas. Isso só causou confusão tirando a relevância do que realmente importa que é — a vacina para todos.

Associação Brasileira de Narcolepsia e Hipersonia Idiopática (Abranhi), via Instagram

Carla Domingues sempre liderou com maestria a coordenação e deu visibilidade ao PNI (Programa Nacional de Imunizações).

Maria Angélica, via Instagram

Há vários anos o PNI vem sendo enfraquecido.

Francisco Moisés Moraes, via Instagram

NORTE INVISÍVEL

Sobre a reportagem “Um Norte (ainda) desconhecido (*Radis* 224), a invisibilidade da Amazônia é contada junto com a história. Basta analisar o governo de Getúlio Vargas: a luta pela borracha no Brasil, apesar de trazer algum desenvolvimento da região, beneficiou o país inteiro. Por exemplo, para cada 2 dólares aplicados na indústria paulista, o governo dava 1 dólar retirado da borracha e da cana-de-açúcar do Nordeste. No segundo ciclo do café, o senhor Palheta trouxe da Guiana mudas de café e plantou em Belém, com resultados positivos; passaram a plantar em São Paulo e Paraná, então Getúlio mandou que o governador do Pará queimasse os cafezais do Estado. Como a ordem não foi obedecida cortou as dotações financeiras do Pará.

Ronaldo Monteiro Costa, São Paulo, SP

A entrevista “A gente só aparece no extraordinário”, com João Carlos Jarochinski (*Radis* 224), é muito importante. Pensar em um país que é praticamente um continente, com tanta diversidade ambiental e social que poderia ser o fator de desenvolvimento de toda a população.

Cláudia Mortara, no site da *Radis*

Magnífica entrevista de João Carlos Jarochinski. Realmente o aspecto imediatista nas ações, impede a efetivação dos direitos socioassistenciais, o acesso aos benefícios e serviços e à proteção dos cidadãos transfronteiriços.

Sandra Angelia Maciel, Campo Grande, MS

Muito boa a entrevista “Viver na Amazônia não é romântico”, com Sully Sampaio (*Radis* 224). Bem explícita e esclarecedora no que diz respeito às questões de saúde, educação, formação e capacitação dos profissionais nos municípios do Estado. Como são esquecidos! Parabéns!

Socorro Bandeira, Manaus, AM

TORTO ARADO

Sobre a entrevista “Há muita história soterrada”, com Itamar Vieira Junior (*Radis* 224), o livro Torto Arado já nasceu grande! O retrato do campo brasileiro! Parabéns, Itamar!

Aila Cristina, Ubaira, BA

Parabéns pelo lindo trabalho. Que sensibilidade! Li o livro e a leitura me prendeu do princípio ao fim.

Rita Abib, no site da *Radis*

CLOROQUINA AMEAÇA

Extremamente importante o esclarecimento da reportagem “Pesquisadores são ameaçados após pesquisa sobre cloroquina” (*Radis* 212), pois todos os dias somos bombardeados com fake news sobre a cloroquina, e muitos incautos ingênuos acabam repassando por total ignorância.

Tania Panaro, Paraty, RJ

CORES DA SAÚDE

Tomei conhecimento da matéria “Qual é a cor da sua luta” (*Radis* 209). Desejo falar sobre o Março Borgonha, mês dedicado ao Mieloma Múltiplo — câncer na medula óssea, raro e desconhecido por grande parcela da sociedade médica. Não bastasse o desconhecimento da doença, há também o desconhecimento sobre a cor que a representa (Borgonha) bem como o mês a ela dedicado. A ABRAMM [Associação Brasileira de Mieloma Múltiplo] tem trabalhado intensamente para que o Março Borgonha seja nacionalmente reconhecido. Desde já agradeço a atenção dispensada.

Rogério Oliveira, São Paulo, SP

R: Rogério, muito obrigado pela sugestão. Vamos pensar em uma forma de voltar ao assunto!

EXPEDIENTE

RADIS® é uma publicação impressa e digital da Fundação Oswaldo Cruz, editada pelo Programa Radis de Comunicação e Saúde, da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca.

FIOCRUZ

Nísia Trindade
Presidente

ENSP

Hermano Castro
Diretor

PROGRAMA RADIS

Rogério Lannes Rocha
Coordenador e editor-chefe

Justa Helena Franco
Subcoordenadora

REDAÇÃO

Luiz Felipe Stevanim
Editor

Bruno Dominguez
Subeditor

Reportagem
Adriano De Lavor, Ana Cláudia Peres, Liseane Morosini; Moniqui Frazão (estágio supervisionado)

Arte
Felipe Plauska

DOCUMENTAÇÃO

Eduardo de Oliveira
(arte e fotografia)

ADMINISTRAÇÃO

Fábio Lucas e Natalia Calzavara

ASSINATURAS

Assinatura grátis (sujeita a ampliação) Periodicidade mensal Impressão Edigráfica gráfica e editora Ltda. Tiragem 126.000 exemplares

USO DA INFORMAÇÃO

Textos podem ser reproduzidos, citada a fonte original.



Ministério da Saúde
FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz

CPI revela falhas no combate à covid

Em um mês de atividades, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid no Senado já identificou falhas no enfrentamento à covid-19, como a demora para a compra de vacinas e a prioridade no uso de cloroquina, que não tem eficácia contra a doença. A comissão deve agora colher novos depoimentos e apontar responsáveis por ações e omissões no combate ao coronavírus, como informou a Agência Senado (28/5). Veja uma síntese do que a CPI concluiu em seu primeiro mês de atividade, completados em 27 de maio.



5 FATOS MARCANTES DA CPI EM 1 MÊS

1. GABINETE PARALELO

O primeiro ex-ministro da Saúde a depor foi Luiz Henrique Mandetta (DEM), que ocupou a pasta até abril de 2020. Em 4 de maio, ele afirmou que Bolsonaro não seguia as orientações técnicas do ministério e contava com um “gabinete paralelo” para orientar as decisões. Disse ainda que, durante reunião ministerial, ele teve acesso a um decreto presidencial para mudar a bula da cloroquina na Anvisa.

2. BULA DA CLOROQUINA

O presidente da Anvisa, Antonio Barra Torres, afirmou em depoimento, em 11 de maio, que todos os estudos científicos confiáveis concluídos até o momento indicam que a cloroquina não funciona no tratamento contra a covid-19, mas que mesmo assim o governo tinha planos de mudar a bula do medicamento para incluir a possibilidade de uso para a doença. Segundo Barra Torres, a proposta foi discutida em uma reunião ministerial, que contou com a presença da médica Nise Yamaguchi, que teria citado a minuta de um documento sobre a mudança. No seu depoimento, a médica negou que tenha tentado mudar a bula, mas confirmou ter se encontrado com o presidente para discutir tratamento precoce como uma “colaboradora eventual”, como informou o G1 (1/6).

3. RECUSA DA PFIZER

O governo federal demorou dois meses — de setembro a novembro de 2020 — para responder uma carta em que a farmacêutica Pfizer fazia ofertas de doses de vacina ao Brasil, como confirmou Fabio Wajngarten, ex-secretário de Comunicação da Presidência, em 12 de maio. O presidente regional da Pfizer na América Latina, Carlos Murillo, informou que a empresa fez duas propostas ao governo em agosto, com validade de 15 dias — de 30 e 70 milhões de doses —, com uma nova possibilidade: 1,5 milhão de doses entregues ainda em 2020. “Passados os 15 dias, o governo brasileiro não rejeitou, tampouco aceitou a oferta”, disse, como reportou a Agência Senado (13/5).

4. DECLARAÇÕES FALSAS

Na tentativa de eximir a responsabilidade federal, o ex-ministro Eduardo Pazuello afirmou, em 19 de maio, que o STF (Supremo Tribunal Federal) decidiu que o governo “não pode intervir nos Estados” para ajudar no combate à pandemia. Como lembrou a BBC Brasil (26/5), a declaração não procede, pois a decisão do Supremo em abril de 2020 foi que municípios, Estados e União têm competência “concorrente” — isto é, dividida — no enfrentamento à doença. Outra declaração falsa envolveu a Fiocruz: o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) questionou Mayra Pinheiro, secretária de Gestão do Trabalho e da Educação do Ministério da Saúde, sobre áudio em que ela afirmava sobre a existência de um “pênis” na entrada da fundação e que “tudo deles envolve LGBT”. Ela disse que o áudio era antigo e que “nessa época isso era constatação de fatos”, ainda segundo a BBC Brasil (26/5).

5. DEMORA EM COMPRAR A CORONAVAC

“O Brasil poderia ter sido o primeiro país do mundo a iniciar a vacinação”, afirmou o diretor do Butantan, Dimas Covas, como noticiou a Agência Senado (27/5). Ele disse ter feito a primeira oferta de vacina ao Ministério da Saúde em 30 julho, mas também não teve resposta. Seriam 60 milhões de doses, entregues no último trimestre de 2020. A vacina só começou a ser aplicada no Brasil em 17 de janeiro.

CoronaVac em Serrana: controle da pandemia é possível

A vacinação de toda a população adulta de Serrana, no interior paulista, com a CoronaVac, produzida pelo Instituto Butantan, fez as mortes por covid-19 despencarem 95% na cidade. Os casos sintomáticos da doença tiveram redução de 80%, já as internações caíram 86%. A conclusão é clara: com vacinação em massa — de cerca de 75% da população —, o controle da pandemia é possível. Os dados são resultado do Projeto S, estudo clínico de efetividade inédito no mundo realizado pelo Butantan em Serrana, cidade da região metropolitana de Ribeirão Preto. Ao longo de oito semanas, entre fevereiro e abril de 2021, cerca de 27 mil moradores do município receberam duas doses da CoronaVac com intervalo de 28 dias. Isso representou uma cobertura próxima a 95% da população adulta, como divulgou o Butantan (31/5).

Outra constatação do estudo foi a criação de um “cinturão imunológico” em Serrana — uma espécie de barreira coletiva contra o vírus, reduzindo a transmissão, mesmo que as cidades vizinhas tenham apresentado alta nos casos. Cerca de 10 mil moradores de Serrana trabalham em Ribeirão Preto. A pesquisa concluiu que as pessoas que transitam em outras cidades não trouxeram aumento relevante nos casos.



IFA nacional

A Fiocruz assinou, em 1º de junho, o contrato de transferência de tecnologia da vacina contra a covid-19 com a AstraZeneca. Com isso, o Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos (Bio-Manguinhos) poderá produzir o Ingrediente Farmacêutico Ativo (IFA) 100% nacional para o imunizante. A produção do IFA nacional começa em junho e envolve etapas complexas de adaptação e validação até alcançar a produção em larga escala. A expectativa é que as primeiras doses 100% nacionais sejam entregues em outubro ao Programa Nacional de Imunizações (PNI), como informou o site da Fiocruz (1/6). As instalações terão a capacidade de produção de cerca de 15 milhões de doses por mês.



MARCELO CAMARGO/ABR

Primeiros casos da cepa indiana confirmados no Brasil

Os primeiros casos de covid causados pela cepa indiana foram registrados no Brasil no fim de maio. Até 28 de maio, eram oito: seis no Maranhão, um no Rio de Janeiro e um em Minas Gerais. Pouco se sabe sobre a variante, identificada como B.1.617. Cientistas não conseguiram estabelecer sua real velocidade de transmissão e o quanto as mudanças genéticas contidas nessa linhagem interferem na eficácia das vacinas já disponíveis. Também não se sabe ao certo se a variante está relacionada a quadros mais graves, que exigem internação e intubação (BBC, 18/5).

Em 9 de maio, a Organização Mundial da Saúde (OMS) classificou a B.1.617 como uma “variante de preocupação

global” pelas evidências de maior transmissibilidade. Mas ressaltou que a aceleração da transmissão na Índia é consequência de uma série de fatores, “como aglomerações relacionadas a eventos religiosos e políticos e a redução da adesão às medidas preventivas de saúde pública e sociais”. A variante possui três versões, com pequenas diferenças: a B.1.617.1, a B.1.617.2 e a B.1.617.3. Elas apresentam mutações importantes nos genes que codificam proteína na superfície do vírus que é responsável por se conectar aos receptores das células humanas e dar início à infecção. A cepa foi detectada em mais 44 países de todos os seis continentes.



SERGIO MELO

Vacinas causam reações?

“Toda vacina pode ter algum grau de efeito indesejável. Nas vacinas para covid-19, particularmente, temos visto, sim, alguns relatos de febre, por exemplo. Isso varia de pessoa pra pessoa, de acordo com a constituição imunológica. Não é grave, são efeitos que nós chamamos de adversos ou indesejáveis, mas que podem ocorrer e que, rapidamente, em 24 horas, a tendência é desaparecer”, afirmou Margareth Dalcomi, médica pneumologista da Fiocruz, em vídeo divulgado nas redes sociais da instituição (31/5), que lembra que vacinas salvam vidas.

Pandemia “rejuvenesce”

Pela primeira vez no Brasil, a mediana da idade de internações em UTIs esteve abaixo dos 60 anos em todo o país, como aponta o Boletim do Observatório Covid-19 Fiocruz (21/5). A análise indicou que a mediana caiu de 68 para 58 anos, entre a Semana Epidemiológica 1 (3 a 9 de janeiro) e a 18 (2 a 8 de maio) de 2021. De acordo com os pesquisadores, o ano de 2021 vem, a cada semana, apresentando rejuvenescimento da pandemia. Outro estudo, coordenado pela Fiocruz, indica que a presença do retrovírus endógeno K (HERV-K) está associada não só ao agravamento da doença, mas também à mortalidade precoce. Os mecanismos envolvidos na mortalidade em casos muito graves ainda não são bem conhecidos e, para isso, o estudo buscou compreender o viroma do aspirado traqueal de indivíduos em ventilação mecânica. Os testes mostraram níveis altos de HERV-K quando comparado com exames em casos brandos e não infectados. O estudo acompanhou 25 pessoas em estado crítico que necessitam de ventilação mecânica, de março a dezembro de 2020, com idade média de 57 anos, internados no Instituto D’Or (ID’Or) e no Instituto Estadual do Cérebro Paulo Niemayer (IECPN).

“Se liga no Corona!”

Pelas ruas das favelas da Maré, Manguinhos, Alemão e Morro dos Macacos, na Zona Norte do Rio de Janeiro, o papo é reto: não saia de casa sem máscara e álcool gel. Essa é uma das mensagens difundidas pela campanha “Se liga no Corona!”, que completou um ano de existência. A mobilização de um ano promoveu a distribuição de 2.600 máscaras e cerca de 200 cartazes foram fixados em pontos de ônibus, mototáxi, comércio e associações de moradores nas comunidades. Até agora, a campanha já rodou mais de 2 mil cartazes para territórios de favelas do Rio de Janeiro — além de vídeos e áudios que circularam nas redes sociais e carros de som. A iniciativa é uma parceria da Fiocruz com organizações comunitárias. Acesse: <https://bit.ly/34GtQkQ>.

Não à xenofobia

Indiana, brasileira, sul-africana, inglesa. Para evitar a estigmatização dos países onde novas cepas da covid foram detectadas pela primeira vez, a OMS propôs usar as letras do alfabeto grego para nomear as variantes.

ALPHA: B.1.1.7 (REINO UNIDO)

BETA: B.1.351 (ÁFRICA DO SUL)

GAMMA: P.1 (BRASIL)

DELTA: B.1.617.2 (ÍNDIA)

“A saudade só é um castigo para aqueles que não prezam a vida”

Do sambista Nelson Sargento, que faleceu aos 96 anos no dia 27 de maio, no Rio de Janeiro. Compositor da escola de samba Mangueira desde 1942, Nelson Mattos sobreviveu a um câncer de próstata, já andava com dificuldades e foi internado com um quadro de saúde debilitado, provocado por desnutrição e desidratação. Mesmo tendo tomado duas doses da vacina CoronaVac, Nelson foi mais uma vítima fatal da covid-19, que em maio havia feito mais de 400 mil mortos no país.



Agronegócio e pandemia: combinação mortal

“O uso intensivo de agrotóxicos afeta o sistema imunológico, a agroindústria aumenta o risco de novas zoonoses e a produção de alimentos industrializados promove a obesidade aumentando a vulnerabilidade à covid-19”. Essa é uma das conclusões do documento Agronegócio e Pandemia no Brasil: Uma sindemia que está agravando a pandemia de covid-19? — publicado pela Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), em maio. Acesse: <https://bit.ly/3caPPEU>.

Salles e o desmatamento

No mês em que se celebra o Dia Mundial do Meio Ambiente, em 5 de junho, notícias sobre recordes de desmatamento na Amazônia mostram que o Brasil segue na contramão das políticas de preservação. Foi o terceiro mês consecutivo que os alertas de desmatamento bateram recordes na região. Em maio, a Amazônia perdeu 1,2 mil quilômetros quadrados de floresta — uma área equivalente à cidade do Rio de Janeiro, segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), como noticiou o Jornal Nacional (4/6). Foi um aumento de 41% em relação a maio de 2020. Organizações ambientais avaliam que as derrubadas crescem por conta da sensação de impunidade.

Em meio a esse recorde negativo, o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, é alvo de duas investigações autorizadas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o suposto envolvimento com o comércio ilegal de madeira, como informou a BBC Brasil (4/6). Em um dos inquéritos, autorizado pela ministra Carmen Lúcia em 2 de junho, Salles é acusado de favorecer o esquema de venda ilegal de madeira e de possíveis crimes de advocacia administrativa, ao criar dificuldades para a fiscalização ambiental. O ministro negou as acusações.

Crise da água

Com a seca histórica na região das hidrelétricas, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) anunciou no dia 28 de maio que iria acionar a bandeira vermelha 2, o que encarece a conta de luz no mês de junho. Com os principais reservatórios de água no país em nível crítico por conta da falta de chuvas, o governo tem que recorrer a usinas térmicas, que têm um custo maior de geração. O custo extra é repassado aos consumidores. Essa é a bandeira mais cara das tarifas extras e representa uma cobrança adicional de R\$6,24 para cada 100 kWh consumidos. A CNN Brasil destaca que técnicos do setor preveem que as cobranças adicionais devam continuar até o fim do ano, em razão do cenário climático. Em maio, a bandeira tarifária foi a vermelha 1 (CNN Brasil, 28/5).

Pressão retira da pauta garimpo em terra indígena

Pressão contrária no Congresso e nas redes sociais fez com que a votação do PL 490/2007, marcada para acontecer em 26 de maio, fosse retirada de pauta. A proposta, que pretende legalizar empreendimentos em áreas preservadas, permitir a retirada da posse de terras e dificultar as demarcações de novas áreas, já paralisadas desde o início do governo Bolsonaro, seria votada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara. Lideranças indígenas consideram o projeto inconstitucional e um “retrocesso sem precedentes” na história do país, como registrou o El País Brasil (27/5).

O PL, de autoria do deputado Homero Pereira, falecido em 2013, prevê alterações no Estatuto do Índio (Lei 6.001/1973) e permite a instalação de hidrelétricas, mineração, estradas e arrendamentos, entre outros, em terras indígenas, sem consulta prévia às comunidades afetadas. Segundo o El País, se aprovada, a proposta pode legalizar garimpos, responsáveis por contaminação de rios e nascentes, além da disseminação da covid-19. O projeto ainda adota a tese do “marco temporal”, pelo qual só teriam direito à terra os povos indígenas que estivessem em sua posse no dia 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição — ou que estivessem em disputa judicial ou conflito direto com invasores nessa mesma data. A reação dos defensores dos direitos indígenas foi contundente: um tuitaço com as hashtags #PL490NÃO e #TerraIndígenaFica chegou aos assuntos mais comentados do Twitter com manifestos de lideranças como Sônia Guajajara.



RAFAEL LOPES

Trans sob ameaça

Após seguidas ameaças de morte, a primeira vereadora trans eleita em Niterói, Benny Briolly (Psol), precisou deixar o país em maio (13/5). Em nota, a assessoria da vereadora informou que a medida era temporária e foi necessária para garantir a sua integridade física. As inúmeras tentativas de intimidação por email começaram ainda durante a campanha — exibida em reportagem no Fantástico (31/5), uma das mensagens recebidas pela vereadora dizia: “Vou te matar do mesmo jeito que meu grupo matou a Marielle! Pois é, nós matamos a Marielle!”.

Depois de duas semanas fora do Brasil, a vereadora concordou em regressar ao país, em 28 de maio, porque o governo anunciou a inclusão do seu nome no Programa Estadual de Proteção às Defensoras de Direitos Humanos. Na chegada, ela contou com escolta policial. Mas até o fechamento desta edição, a Polícia Civil do Rio de Janeiro ainda não havia garantido sua segurança. Benny Briolly foi uma das entrevistadas da edição de janeiro de *Radis*, que trouxe uma reportagem especial sobre representatividade na vida política do país. Em entrevista exclusiva, ela falou do conteúdo das ameaças que recebia e reafirmou que, apesar de se sentir vulnerável, não iria ficar calada: “Não podem nos interromper” (Leia no site: <https://bit.ly/34AXRT9>)



Todas as 28 mulheres trans eleitas no Brasil disseram ter sofrido algum tipo de violência durante o exercício do mandato.

Do total, 22,8% relatam ameaças pelo fato de serem trans.

(Fonte: Instituto Marielle Franco)



CHRISTIAN BRAGA/GREENPEACE

PAÍS FAMINTO

Com mais da metade da população em situação de insegurança alimentar, Brasil vê políticas públicas encolherem e solidariedade aumentar

TEXTO: ANA CLÁUDIA PERES, LUIZ FELIPE STEVANIM E ADRIANO DE LAVOR. DESIGN: EDUARDO DE OLIVEIRA

Numa sexta-feira de maio, duas mulheres bateram na porta da Associação de Moradores do Morro Nossa Senhora da Guia, mais conhecido como Morro do Gambá, Zona Norte do Rio de Janeiro. Tinham fome. Uma delas, avó de duas crianças, alimentava a esperança de voltar para casa levando arroz e feijão, com sorte, um pouco de óleo. Mas naquele dia, não haveria arroz nem feijão nem óleo. As cestas básicas que a entidade eventualmente recebe para distribuir entre as famílias da comunidade estavam em falta. Mais tarde, Adailton Silva, atual presidente da associação, comentaria, durante uma entrevista à *Radis* por telefone: “A gente fica triste, comovido e atordoado. A situação é muito complicada. As pessoas estão passando fome”.

Adailton constatava na prática o que as pesquisas e estatísticas denunciam. O Inquérito Nacional concluído no final de 2020 pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Penssan) identificou que mais da metade da população brasileira vive algum grau de insegurança alimentar — quando alguém não tem acesso pleno e permanente a alimentos, uma sensação que vai do medo de não ter o que comer à fome de fato. Significa dizer que hoje, em meio à pandemia de covid-19, 116,8 milhões de pessoas no Brasil encontram-se nessa situação. Mais recentemente, um estudo coordenado por cientistas do grupo “Alimentos para a Justiça”, divulgado em abril e que também mediu os níveis de insegurança alimentar no país, revelou um número ainda mais alto: 125,6 milhões de brasileiros não



comeram em quantidade e qualidade ideais desde a chegada do novo coronavírus.

Não existe um só dia em que Adailton não veja de perto a cara da fome. O presidente da associação de moradores ajuda a distribuir as cestas com alimentos e materiais de higiene que recebe prioritariamente da campanha “Lins Solidário” — organizada nas redes sociais pelo coletivo A Voz do Lins de Vasconcelos, que tem levado apoio aos moradores do complexo de 13 favelas da região. “As pessoas estão desempregadas. Às vezes até trabalham, mas com o preço das coisas, não dá para sobreviver. Vejo famílias em circunstâncias insalubres. Mães com cinco filhos que não têm o que comer”, lamenta. O próprio Adailton já foi beneficiado pela campanha. No ano passado, teve covid. “Mais de 40 dias debilitado, sem

condições de me locomover ou exercer qualquer trabalho. Foi um momento muito difícil da minha vida”.

Casado e pai de dois filhos, Adailton é educador social — no Morro do Gambá, ele mantém ainda o projeto Guerreiros da Guia, com aulas de percussão, capoeira, jiu-jitsu e uma banda de samba-reggae. Antes da pandemia, trabalhava como vigia de obras. “Mas pararam as obras e fiquei sem emprego”. Passou a se virar como produtor, montando som e telão, piscina de bolas e pula-pulas em festinhas infantis. “Mas os eventos também rarearam porque esse não é o melhor momento para acontecerem”, reconhece. Tem feito malabarismos para honrar os boletos. “Tudo muito na ponta do lápis. Paguei uma conta de luz na semana passada e já estou com uma vencida e a outra por vencer”.



Segundo pesquisa da Rede Penssan, 116,8 milhões de brasileiros viveram alguma situação de insegurança alimentar nos três últimos meses de 2020

Como sabe que há famílias em condições muito mais assustadoras que a sua, naquela manhã, diante das duas mulheres, Adailton pediu licença e desceu em direção ao sacolão — mercado local de frutas e verduras. Ao responsável, perguntou se o rapaz poderia doar algo para as senhoras. Saiu de lá com duas bolsas de legumes. “O moço do sacolão ajuda sempre que possível. Mas essa situação é insustentável”, afirma, como quem sabe que tudo o que fizerem para minimizar a fome é apenas um paliativo.

Tem sido assim desde o início da pandemia. Mas a pandemia, Adailton faz questão de ressaltar, apenas agravou algo que muitos brasileiros já vinham sentindo no estômago mesmo antes da chegada da covid. Se em 2014 apenas 3,6% dos brasileiros estavam em situação de insegurança alimentar grave — o que fez com que o Brasil deixasse o Mapa da Fome pela primeira vez na história —, já em 2020, apenas seis anos depois, o país voltou a figurar no relatório produzido pelas Nações Unidas. Hoje, segundo a pesquisa da Rede Penssan, são 19,1 milhões passando fome — o número corresponde praticamente à população da Grande São Paulo e equivale a 9% dos brasileiros. Confirmando os dados do Inquérito, uma outra pesquisa divulgada pelo Datafolha em abril apontou que, nos últimos meses, faltou comida para um em cada quatro brasileiros.

Os resultados são alarmantes, mas não surpreendem aqueles que há tempos acompanham o enfrentamento à insegurança alimentar no Brasil. Para Francisco Menezes, analista de Programas da ActionAid (organização internacional de combate à pobreza), dizer que “a fome voltou com a pandemia” e ainda que isso é culpa da crise

econômica — como vez por outra se ouve na mídia — são, na melhor das hipóteses, meias verdades. “Está claro que a necessidade de isolamento na pandemia levou a um aguçamento dessa situação, mas a gente não pode desconhecer aquilo que foi construído antes”, reforça. “Ou melhor, o que foi destruído antes”. De acordo com o economista, que durante mais de três décadas fez parte do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), o desmantelamento das políticas que garantiam segurança alimentar já eram sentidas desde o governo de Michel Temer.

Para Menezes, o grande problema é que o combate à fome no Brasil deixou de ser uma prioridade. “Mais do que isso, foram tomadas medidas que propiciaram uma reversão da situação que tivemos”. Ele considera que foram destruídos programas de extrema importância, enquanto outros deveriam ser fortalecidos justamente em um momento em que a pobreza crescia no país. “O que se consolidou, na verdade, foi um sistema de desproteção social”. Entre as medidas que contribuem para o cenário atual, Menezes elenca a Emenda Constitucional nº 95, do Teto de Gastos, e a Reforma Trabalhista, que gerou precarização do trabalho. Ainda segundo o economista, o Brasil respondeu à crise econômica com uma concepção duplamente equivocada: por um lado, garantindo a preservação dos ganhos do capital financeiro, e por outro, cobrando a fatura dos mais pobres. “Hoje vemos o ingresso de camadas da população na pobreza e na extrema pobreza que simplesmente perderam a sua fonte de renda da noite para o dia”, enfatiza. [Leia mais na página 18 e entrevista completa no site da *Radis*]

MEDO E SOLIDARIEDADE

Para o geógrafo e médico Josué de Castro, a fome é um flagelo fabricado pelos homens contra outros homens. Essa é uma questão de política social e não de escassez de alimentos ou de fenômenos naturais, denunciou o pensador brasileiro em seu Inquérito sobre as Condições de Vida das Classes Operárias no Recife, publicado há quase um século.

Em outra definição precisa sobre as raízes da fome, Francisco Menezes relaciona esse flagelo à dificuldade de acesso — “Seja por aqueles que não têm poder aquisitivo para garantir na mesa o mínimo de alimentos por conta de uma situação de pobreza ou extrema pobreza, seja por aqueles que antes tinham condições de produzir para sua própria alimentação, de sua família ou comunidade e vão perdendo essa capacidade”, pontua. Francisco cita a falta de incentivo à agricultura familiar — com o desmonte do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) — ou ainda as tentativas de desfigurar o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) e o fim do Programa Cisternas do Semiárido como medidas que contribuíram para o aumento da fome no país.

Maria do Socorro Farias é simplesmente Socorro ou Help, na comunidade São Miguel, em Fortaleza, onde mora desde os 10 anos de idade — hoje, tem 51. Com uma trajetória de militância em defesa de direitos básicos, viu as políticas públicas de segurança alimentar e de proteção social encolherem. Ela assistiu ao nascimento dos programas Fome Zero e Bolsa Família que, apesar das críticas, tornaram-se referência na transferência de renda. Também testemunhou a saída — e depois o retorno — do Brasil ao Mapa da Fome. Viu o quilo de arroz chegar a assustadores 7 reais — o botijão de gás, a 100 reais. E observou com atenção a volta das campanhas de arrecadação de alimentos para famílias vulneráveis, sinalizando que a fome deixava de ser um fantasma para virar a mais dura realidade em sua comunidade, já castigada pela violência e falta de saneamento, agora também pelas consequências da pandemia.

Desde abril de 2020, Socorro atua como agente territorial fazendo a ponte entre os organizadores de uma campanha de doação e os moradores do São Miguel — “Ser Ponte”, a propósito, é justamente o título dessa iniciativa de distribuição direta de renda para pessoas em situação de extrema pobreza. Funciona como uma rede de doação que, além de uma renda mínima de 180 reais para cada família, oferece cestas de alimentos e produtos como álcool em gel. A abordagem aos assistidos é feita por agentes territoriais, como Socorro.

À *Radis*, ela conta que fazer o papel de mediadora no momento do cadastro traz um misto de emoções. “É bom porque sabemos que vamos beneficiar algumas pessoas, mas também é ruim, porque você tem que fazer escolhas e não é fácil nesse contexto em que quase todo mundo está no mesmo barco”, conta. O perfil das beneficiadas segue alguns critérios: são mães, negras e chefes de família desempregadas. Treze mulheres recebem o benefício em sua comunidade. Mas o Ser Ponte já assiste a 210 famílias na capital cearense.

“Veio como uma luz no meio da tempestade”. É como Socorro se refere ao projeto. Tanto que foi difícil, para algumas, acreditar que iriam poder contar com a ajuda. “Muitas me perguntavam: ‘O que a gente tem que fazer para ter direito?’



FOTOS: ACERVO PESSOAL

“É preciso pagar algum valor?” A cada uma dessas mulheres, Socorro respondia que aquela era uma iniciativa de um grupo de pessoas da sociedade civil que entende que nenhum ser humano deve viver com o temor de não ter o que comer. Para isso, mantém uma plataforma na Internet com uma meta de arrecadação mensal de 23 mil reais. A quatro dias para acabar o mês de maio, o projeto havia alcançado 85% desse valor.

“Não era para o país chegar nessa situação. Não era para ser assim. O Brasil precisava continuar com as políticas públicas para reduzir a pobreza”, prossegue Socorro. “Todas essas mulheres gostariam de poder viver e alimentar seus filhos com o seu próprio trabalho. Mas nesse momento elas entendem que não é feio nem vergonhoso aceitar ajuda, e todas estão muito agradecidas por ver o auxílio chegar quando mais precisam”. No São Miguel, a maioria sobrevive catando latinhas em trabalhos informais de reciclagem ou fazendo faxinas, atividades muito afetadas pela pandemia.

Para Elisabetta Recine, nutricionista, professora e coordenadora do Observatório de Políticas de Segurança Alimentar e Nutrição da Universidade de Brasília (UnB), a relação entre renda e alimentação é direta. “Se a gente está ficando mais pobre, a gente está passando mais fome”, diz em entrevista à *Radis*, elencando um conjunto de fatores que fizeram com que o Brasil entrasse na pandemia em condições muito ruins, que vão desde a Emenda do Teto de Gastos, que reduziu o orçamento do SUS, até os cortes na assistência social e na educação. “Isso fez com que a maior parte da população tivesse pouca margem de manobra para lidar com o isolamento social e a redução da atividade econômica”, analisa.



FOTOS: ACERVO PESSOAL

Socorro, agente territorial do “Ser Ponte”, e algumas das mães de família beneficiadas pelo programa na periferia de Fortaleza: “Luz no meio da tempestade”

Elisabetta foi a última presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), cuja extinção, em 1º janeiro de 2019, em um dos primeiros atos do presidente Jair Bolsonaro, também significou um duro golpe nas políticas públicas da área. “Essa interação com a sociedade civil dava ao governo uma oportunidade de acessar a realidade, o que é algo precioso, porque permite ver as reflexões sobre os caminhos de superação dos desafios a partir da voz de quem está enfrentando o problema e construindo propostas”, comenta. “O Consea tinha esse papel” [Leia mais na página 19].

Segundo a pesquisadora, durante a pandemia, o governo respondeu com muita lentidão, não somente nos aspectos sanitários, mas também no que diz respeito a uma política social que poderia criar uma rede de apoio para a população subsistir. “Todas as conquistas que ocorreram foram baseadas em muito trabalho da sociedade civil”, diz, citando como exemplo a batalha para garantia do auxílio emergencial no valor de 600 reais em 2020 — a proposta do governo era de que o valor fosse de apenas 200 reais.

Em abril, o Congresso acabou aprovando o auxílio mais alto, pago durante cinco meses — mães solteiras que fossem também chefes de família tinham direito ao dobro: 1.200 reais. Mas de setembro a dezembro, os valores foram reduzidos à metade. A situação piorou nos primeiros quatro meses deste ano, quando o auxílio esteve suspenso. Desde abril, as famílias voltaram a contar com a ajuda, dessa vez, com um valor bem inferior que varia de 150 a 375 reais. Agora, o governo anunciou (7/4) que avalia prorrogar o auxílio emergencial até setembro.

“Ser Ponte” e “Lins Solidário”, citados nesta matéria, são apenas duas das inúmeras iniciativas de solidariedade que se aproximam de um contingente enorme de pessoas em condições precárias. [Veja como participar no site da *Radis*]. “Não ter o que comer é a violação de um direito humano”, fez questão de evidenciar Elisabetta, ao ressaltar a importância das campanhas. Para a nutricionista, ainda que insuficiente, o

protagonismo da sociedade civil é fundamental. “São experiências que inclusive vêm dando o recado de que o Estado precisa responder a essas necessidades não só durante a crise”.

Ela também destaca que as iniciativas dos movimentos populares têm uma característica singular. “Diferente da solidariedade das grandes empresas, que aparece nos jornais e TV falando ‘olha como nós somos muito bons porque doamos’, essa é uma solidariedade horizontal, entre iguais”, define. Certa vez, ela escutou: “A gente não faz solidariedade com o que sobra, a gente faz solidariedade com o que tem”. Nesses casos, o alimento vem acompanhado de um diálogo para que as pessoas entendam que não se trata de mera bondade. “É uma maneira de minimizar, numa situação de crise, uma violação profunda que as pessoas estão sofrendo”, constata. “E o que a gente está vivendo hoje é uma violação de todos os direitos: ao trabalho, à saúde, à alimentação, à educação, à moradia”.

A cada início de mês, quando a agente territorial Socorro reúne na sala de casa as mulheres para receber o benefício, ela tenta fazer com que aquele seja um momento de troca e reflexão. Juntas, conversam sobre os perigos da pandemia, o uso da máscara, a carestia dos preços, o aumento da cesta básica — “óleo não dá mais para comprar!”, “arroz, com 20 reais, só 3 quilos!”. Mas também falam sobre a alegria de estarem vivas, dicas para casa, a importância da solidariedade e de ajudar umas às outras.

Dali, invariavelmente, as mulheres seguem para o mercado. É com alimentos que elas gastam tudo o que recebem. Socorro já presenciou também a dúvida entre comprar comida ou remédio. Perguntada sobre como se sente nesse momento, Socorro — que hoje está na faculdade e é mãe de um rapaz — faz uma pausa, demora a responder. Sensibilizada, resume: “É sobre ter esperança e fé. Sempre me emociono muito porque minha situação é difícil, mas não tem comparação com a vida delas. A gente tenta fazer desse um momento de confiança. Um dia de cada vez”.



No Piauí, a distribuição de cestas de alimentos promovida pela ActionAid mostra que a solidariedade tem sido a saída para muitas famílias

“AMARELA”

A escritora Carolina Maria de Jesus conhecia a cor da fome. Era amarela, escreveu em seu Quarto de Despejo — Diários de uma Favelada. “Que efeito surpreendente faz a comida no nosso organismo! Eu que antes de comer via o céu, as árvores, as aves, tudo amarelo, depois que comi, tudo normalizou-se aos meus olhos”. Poético, mas também um soco no estômago, essa é uma maneira de definir o indizível assombro de não ter comida no prato — Carolina de Jesus era uma catadora de papel e passou fome até que seus escritos fossem publicados em livro.

Ao olhar para os indicadores que apontam que metade da população brasileira não está comendo o que devia comer, Elisabetta Recine também faz uma afirmação perturbadora. “É gravíssimo pensar que, entre duas pessoas, a que está do seu lado e você mesma, uma está em risco de não se alimentar”, ilustra. “Não é porque trocam arroz integral por arroz branco. Não é porque trocam a maçã pela banana. É porque não têm nenhum dos dois”.

A catadora Adriana Silva de Abreu é uma dessas pessoas ameaçadas pela proximidade da fome. Aos 35 anos, ela é mãe de dois filhos adolescentes e já avó de um garotinho de um ano — todos dependem dela para se alimentar, para viver. Moradora da comunidade São Miguel, na periferia de Fortaleza, desde o ano passado está vivendo com os 180 reais mensais que lhe chegam pela campanha do “Ser Ponte”. Se antes conseguia entre 10 e 25 reais — em um dia muito bom —, agora nem isso.

“Tudo tem sido muito difícil. Eu trabalho com reciclagem, só que, devido à pandemia, o depósito vive fechado, eu mal estou trabalhando”, disse durante a entrevista, em um dia particularmente difícil, quando também precisava lidar com a falta d’água em sua comunidade. “Se não fosse a doação, a gente estaria passando muita necessidade”. Adriana gosta particularmente do momento da entrega do benefício, quando as mães se reúnem para compartilhar dificuldades e esperanças.

“A primeira coisa que faço depois disso é sair dali direto para o mercantil [como o cearense denomina mercado], comprar comida pra gente comer, incluindo leite, arroz, feijão, açúcar, o grosso. Tudo é comprado com esse dinheiro”. Nem sempre os produtos duram o tempo de um mês. Quando isso acontece e sem contar com ajuda do pai dos seus filhos, recebe doação dos vizinhos. Ou arrisca-se na rua. “Vou para a reciclagem, pego a carrocinha, ando no sol quente o dia todo, chego em casa 11 horas da noite, para conseguir dar o que comer aos meus filhos”, narra.

Veza ou outra, muito raramente, também lhe chega uma cesta da escola dos filhos: ele, com 17; ela, 16, são estudantes da rede pública. “Meu neto de um ano ainda toma leite e morro de medo de algum deles não ter o que comer”. O que mais pesa no bolso, diz Adriana, é o preço do gás. “Vai mais da metade do valor da doação. Às vezes eu compro o botijão para pagar no mês seguinte e, quando chega a doação, eu pago. Com o que sobra, é que vou fazer as compras”, descreve. Ela não teve direito ao auxílio emergencial do governo, apesar de inscrita.



FOTO: ACERVO PESSOAL.

Adriana Silva: sem direito ao auxílio emergencial, conta com a ajuda de uma campanha de transferência direta de renda organizada pela sociedade civil



FOTO: ACERVO PESSOAL.

Adailton, do Morro do Gambá (RJ): comição e solidariedade em tempos de pandemia

FALTA COMIDA?

O Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 mostra por que, no Brasil, a fome tem gênero e raça. Pelos dados de 2020, 11,1% dos lares chefiados por mulheres estavam enfrentando a fome contra 7,7% quando a pessoa de referência era homem. Das residências habitadas por pessoas pretas e pardas, a fome esteve em 10,7%. Entre pessoas de cor branca, esse percentual foi de 7,5%. No levantamento do Datafolha, em que 88% dos entrevistados disseram perceber que a fome no país aumentou, a situação também é mais sentida por mulheres, negros e pessoas menos escolarizadas — faltou comida para 40% dos que têm apenas o ensino fundamental completo.

“O Brasil vive um pico epidêmico da fome”, registra o site da Rede Penssan, apontando que a crise econômica agravada pela pandemia está fazendo com que a insegurança alimentar se estenda inclusive entre os que não se encontram em condição de pobreza. Cerca de metade dos entrevistados relatou redução da renda familiar durante a pandemia, provocando cortes nas despesas essenciais. Esses lares constituem o grupo com maior proporção de insegurança alimentar leve — por volta de 40%, o que sugere o impacto da pandemia também entre famílias que tinham renda estável.

É verdade que a insegurança alimentar cresceu em todo país, mas as desigualdades regionais seguem acentuadas. “Proporcionalmente, ainda há uma maior parte da população em situação de fome no campo, mas a gente já vê quantitativamente e em grandes proporções, não somente no Norte ou Nordeste, mas nas grandes cidades em diferentes pontos do país”, analisa Francisco Menezes. “Se pudéssemos usar uma palavra, diríamos que a fome se ‘alastrou’, mostrando-se muito nitidamente aos olhos de todo mundo”.

O curioso é que a fome aumenta no Brasil em um momento em que a produção de alimentos cresce

exponencialmente. Em 2020, o país alcançou a safra recorde de grãos, exportando não apenas milho, soja e café, mas também produtos como arroz e feijão, de acordo com o IBGE, que prevê uma safra ainda maior para este ano. Francisco tem uma explicação para o paradoxo: o agronegócio encara o alimento como mercadoria. “Ele não vislumbra em nenhum momento a perspectiva de alimentar uma população em sua maioria empobrecida. Ele trabalha em cima do lucro. Daí o seu apego a colocar no mercado externo”. Por isso mesmo, ele pontua, não dá para ter expectativa de que esse modelo vá garantir comida na mesa do brasileiro.

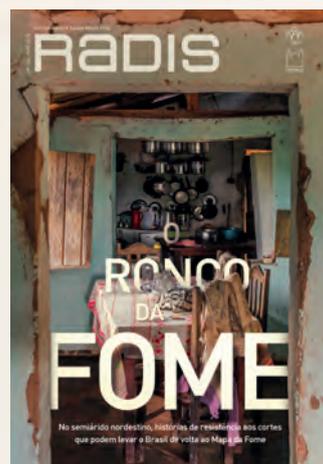
De acordo com Elisabetta, por estar voltado para o mercado exterior, para a produção de ração ou de matéria-prima para ultraprocessados, o agronegócio passa pela pandemia praticamente incólume. “Ao contrário do que anuncia, ele não alimenta o país. E também não deixa o país mais rico, porque todo o valor que produz está muito concentrado na mão de poucos”, diz. “O agronegócio não é um modelo produtivo que distribui riqueza. Ele concentra riqueza”. Por outro lado, indagada sobre o papel da agricultura familiar e da agroecologia no enfrentamento à fome no país, a nutricionista lembra que não são poucas as experiências e estratégias que se mostram viáveis e fundamentais, sejam elas de solidariedade ou de abastecimento local.

Elisabetta recorda ainda que quanto mais capilarizados e locais são os processos, maiores as condições para resolver a crise. Ela aproveita para citar uma pesquisa realizada pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) em municípios do mundo inteiro, em 2020, que demonstrou que cidades que tinham relações mais próximas entre campo e cidade foram aquelas que conseguiram responder mais rapidamente ao problema de desabastecimento e da alta de preços gerados pela pandemia. “A agricultura familiar é que produz a comida que vai para o nosso prato”. (A.C.P e L.F.S)

“O RONCO DA FOME”

Há dois anos, eu estive no semiárido nordestino para uma reportagem. A ideia era contar histórias de uma população que vinha resistindo aos cortes que podiam levar o Brasil de volta ao Mapa da Fome, como já se anunciava na época. Na cozinha da casa de dona Cícera, descobri que ela tinha medo de quase nada nessa vida – mas se apavorava com a possibilidade da fome. Com a família de dona Gerusa e na horta dos Maciel, pude ver como os programas de apoio fazem a diferença na vida do pequeno agricultor e entendi o real significado da frase: “Se o campo não planta, a cidade não janta”. E com dona Maria Aparecida e seus dois filhos, constatei que os programas de transferência e complementação de renda, longe de assistencialistas, são uma forma de reduzir as desigualdades e os efeitos da pobreza extrema – de lambuja, aprendi com eles um pouco sobre reuso de água. Não, a fome não é um fenômeno natural. Estava certo Josué de Castro. E a experiência que Radis testemunhou no interior

da Paraíba revelou que o incrível potencial de mobilização, articulação e inventividade da sociedade civil deve ser levado em conta na elaboração de políticas públicas, como me alertou, em entrevista, a antropóloga Maria Emilia Pacheco. Para que a resposta à pergunta quase desconcertante que dona Gerusa me fez em torno de sua mesa farta não seja tão óbvia: “Quem nunca passou fome aqui?” A reportagem completa publicada em março de 2018, você pode conferir em: <https://bit.ly/3wao0Em>



(Ana Cláudia Peres)

OLHARES SOBRE A FOME



FOTO: REPRODUÇÃO.

Primero, vem a preocupação em não ter o que comer. O medo de que, em um futuro próximo, falte comida no prato. Depois, surge a necessidade de abrir mão de alguns alimentos — às vezes falta o feijão, muitas vezes a carne ou os ovos, então a refeição é reduzida. Por fim, o estágio mais grave é quando realmente não há com o que se alimentar e a face da fome se revela. Em um desses três graus da escala de insegurança alimentar estiveram mais da metade dos brasileiros nos três últimos meses de 2020, como constatou o Inquérito Nacional da Rede de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Penssan) — ou, mais precisamente, 55,2% dos domicílios brasileiros.

Radis conversou com dois ex-presidentes do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) para entender o que colocou o Brasil de novo na rota da fome.

O Consea — que contava com a participação da sociedade civil e de setores do governo e atuava em políticas de segurança alimentar e combate à fome — foi extinto no primeiro dia de 2019, quando começou o governo de Jair Bolsonaro. Francisco Menezes e Elisabetta Recine presidiram o órgão em momentos bem diferentes: ele, entre 2004 e 2007, quando foi construída a Lei Orgânica de Segurança Alimentar (Lei 11.346 de 2006); ela, entre 2017 e 2019, já em um momento em que o órgão perdia espaço no Palácio do Planalto, no governo de Michel Temer, até ser extinto pela Medida Provisória (MP) 870 de 1º de janeiro de 2019.

Ambos concordam que a fome não vem sozinha. Antes que chegue, ela é anunciada pelo desemprego, pelo aumento da pobreza, pela falta de políticas públicas e por outras violações de direitos que colocam milhões de brasileiros na situação de não ter o que comer.

“A SITUAÇÃO DA FOME VAI SE AGRAVAR”

O temor de que a fome possa chegar diz tanto quanto à própria fome, na visão de Francisco Menezes, economista e analista de Programas da ActionAid, “pois é um sinalizador do agravamento da situação”. “Quando falamos em segurança alimentar, a realidade é que não basta o indivíduo estar naquele momento se alimentando suficientemente. Ele precisa ter confiança de que terá a garantia ou uma possibilidade grande de continuar se alimentando da mesma maneira”, explica. Por isso, Francisco considera que vislumbrar saídas do abismo social da fome só é possível com políticas que considerem todas as suas causas — da pobreza à questão ambiental.

A fome é um problema político, na definição de Josué de Castro. O combate à fome deixou de ser uma prioridade política?

Deixou de ser uma prioridade e, mais do que isso, foram tomadas medidas que propiciaram essa reversão de situação que tivemos. O Brasil vinha num processo que fez inclusive as Nações Unidas reconhecerem que havíamos saído do mapa da fome. Muitas vezes a gente pensa que a fome — no seu sentido mais extremo — pode ser resolvida somente com políticas de segurança alimentar. A fome está muito relacionada a um problema de acesso: ela se deve à incapacidade de acesso aos alimentos, seja por aqueles que não têm poder aquisitivo para garantir na mesa o mínimo de alimentos por conta de uma situação de pobreza ou extrema pobreza, seja por aqueles que antes tinham condições de produzir para sua própria alimentação, de sua família ou comunidade e vão perdendo essa capacidade.

Que políticas foram descontinuadas e levaram a um cenário em que 19 milhões de brasileiros enfrentavam a fome no final de 2020?

Quando pensamos porque se deu essa situação no país, ela está muito relacionada a uma série de medidas que foram tomadas em relação ao chamado enfrentamento da crise econômica, que na verdade era também uma crise política, cujo preço foi cobrado das camadas mais pobres da população. Um ponto importante que a gente vê muito na mídia é dizer que “com a pandemia, a fome voltou”; ou antes, “com a crise econômica, a fome voltou”. Na melhor das hipóteses, essas são meias verdades. Na realidade, a gente já via isso acontecer em 2017 e 2018. Isso se deveu a um conjunto de medidas que foram tomadas para o enfrentamento da crise econômica com uma concepção de, por um lado, garantir a preservação dos ganhos do capital financeiro, e por outro, cobrando o preço dos mais pobres. Aí eu elenco desde a Emenda Constitucional nº 95, do Teto de Gastos, até a Reforma Trabalhista, que gerou precarização do trabalho. A reforma vinha com a falsa promessa de multiplicação de postos de trabalho. Não foi o que aconteceu. Isso foi uma mentira.

Que mudanças ocorreram nessa “geografia da fome” nos últimos anos?

Proporcionalmente, ainda há uma maior parte da população em situação de fome no campo, mas a gente já vê quantitativamente e em grandes proporções, não somente no Nordeste brasileiro ou no Norte, mas nas grandes cidades em diferentes

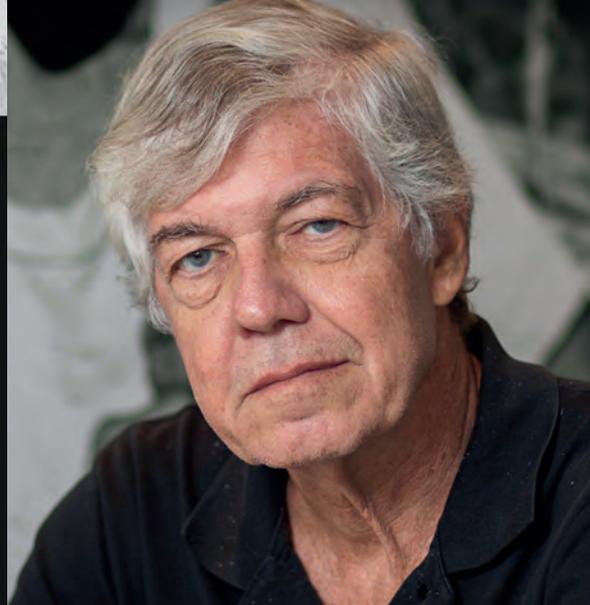


FOTO: PAULA GILUITO/ACTIONAID

pontos do país. Se pudessemos usar essa palavra, diríamos que a fome se “alastrou”, mostrando-se muito nitidamente nas grandes cidades, aos olhos de todo mundo. Isso tem muita relação com essa situação do trabalho, porque a perda de postos de trabalho atinge milhões de trabalhadores. A gente começa a ver, digamos assim, caras novas nas ruas, que não só não conseguem se alimentar, mas também perderam sua condição de morar em algum tipo de habitação. Existe um quadro de empobrecimento acelerado da população em função das medidas que foram tomadas.

Como a pandemia agrava esse cenário?

Entre janeiro e março [de 2021], considero aquilo que foi um crime contra a população por parte do governo federal e da maioria do Congresso: suspende-se o auxílio emergencial e se tem novamente uma situação extremamente aguda. Sem recuperação do mercado de trabalho, as pessoas em plena pandemia estão sendo obrigadas a procurar desesperadamente formas de conseguir algum recurso. Institui-se, no final de março e no início de abril, um novo auxílio com valores absolutamente insuficientes para fazer frente à manutenção de condições mínimas de sobrevivência. Hoje em dia, quem está recebendo 150 reais de auxílio, está na realidade recebendo 5 reais por dia para sobreviver, muitos sem renda alguma. Nossa perspectiva é muito pessimista: a gente acha que a situação da fome vai se agravar. Os números estão aumentando em função da não resposta em termos políticos. Não podemos desconsiderar o processo que ocorreu de destruição em políticas públicas.

Que lições as experiências de combate à fome do passado deixam para o futuro?

A fome não se dá como um fenômeno isolado. Ela se dá junto com outros grandes problemas que o país enfrenta e é fruto de uma escolha pela maximização dos lucros para uma minoria ínfima em detrimento do restante da população. Nesse sentido, não há como dizer “vamos vencer a fome” e deixar todas as outras questões para trás. Não podemos vencer a questão da fome e esquecer a questão ambiental ou a questão sanitária, como se elas se resolvessem por si só. Seria uma estratégia errada. Existe a necessidade de uma mudança de rota para que a fome também possa ser enfrentada. Precisamos pensar em questões emergenciais urgentes, porque não é possível conviver com esse quadro. Nesse sentido, é muito importante a revisão

do valor do auxílio emergencial agora instituído como uma questão urgente, que precisa para já. E precisamos pensar, como um passo necessário dentro dessa perspectiva do direito ao acesso à alimentação, a instituição de uma renda básica permanente.

“NÃO TER O QUE COMER É A PIOR DAS VIOLAÇÕES”

O dado de que mais da metade dos lares brasileiros vivenciou alguma situação de insegurança alimentar em 2020, como indicou a pesquisa da Rede Penssan, é “gravíssimo”, na avaliação de Elisabetta Recine, coordenadora do Observatório de Políticas de Segurança Alimentar e Nutrição da UnB e integrante do Grupo de Trabalho (GT) Alimentação e Nutrição na Saúde Coletiva da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco). “Tivemos um conjunto de fatores que fizeram com que o Brasil entrasse na pandemia em condições muito ruins”, afirma a professora. Quando a economia sofre uma paralisação drástica por conta da pandemia, ressalta, “as pessoas ficam absolutamente sem apoio”.

O que esses dados sobre a insegurança alimentar indicam?

O que a gente chama de insegurança alimentar leve é quando a pessoa diz que se preocupou com a possibilidade de não ter o que comer. A moderada é quando a preocupação evoluiu para a redução do prato. A grave é aquela em que a redução levou a pessoa a não se alimentar, a ter que pular refeições e isso atingiu inclusive as crianças. Nessas três situações, temos mais da metade da população brasileira. Esse é um dado gravíssimo: pensar que entre duas pessoas, a que está do seu lado e você mesmo, uma está em risco de não se alimentar. E dessa metade, temos 20 milhões — o que é maior do que a população de muitos países — que realmente não estão comendo o que deviam comer. Não é porque trocam arroz integral por arroz branco. Não é porque trocam a maçã pela banana. É porque não têm nenhum dos dois. Esse é o nível da gravidade em que estamos.

A fome cresce, enquanto o Brasil alcançou safra recorde de grãos em 2020. Por que o agronegócio não garante comida na mesa dos brasileiros?

Há um tempo, um representante do setor disse num debate que o agronegócio não tem nada a ver com alimentação. Acho que ele fez a melhor definição. O agronegócio não produz alimentos, produz mercadorias (commodities). Essas commodities vão para alimentar gado, aves, suínos, e são matéria-prima para outro setor que não sofreu impacto importante durante a pandemia, que é a indústria de ultraprocessados. O que basicamente o agronegócio produz? Produz milho, soja, cana de açúcar e frutas para exportação. O agronegócio está voltado para o mercado exterior e passa pela pandemia praticamente incólume. Ao contrário do que anuncia, ele não alimenta o país. E também não deixa o país mais rico, porque todo o valor que ele produz está muito concentrado na mão de poucos. Ele não é um modelo produtivo que distribui riqueza. Ele concentra riqueza.

O que o fim do Consea diz sobre o retorno do Brasil ao mapa da fome?

A extinção do Consea tem um simbolismo muito grande que vai muito além do próprio conselho. O Consea fazia parte de um Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional,



FOTO: ACERVO PESSOAL

criado pela lei aprovada em 2006 [Lei 11.346 de 2006]. Ele teve uma vida curta no governo de Itamar Franco. Depois foi extinto no governo de Fernando Henrique Cardoso. E volta no primeiro mandato do presidente Lula, dentro da proposta do Fome Zero. Portanto, esse sistema foi discutido já no ambiente de participação social, em que os diferentes setores de governo e da sociedade civil começaram a concretizar uma proposta antiga de ter um sistema de políticas públicas que coordenasse as diferentes ações e áreas de governo que se relacionam com a questão alimentar. Quando se destrói tudo isso, acontece o que a gente vê hoje: um governo lento, que não reconhece o que o seu povo está vivendo; que não valoriza isso a ponto de o Censo ser adiado, porque não se prevê a importância de conhecer a realidade nem por dados, imagina por diálogo! O Consea poderia — se a gente estivesse vivendo outra realidade — ter sido um espaço, durante a pandemia, para que o que está acontecendo no nível local pudesse ser acessado de uma maneira muito mais rápida e precisa pelo governo, para ele poder estruturar ações para enfrentar essas realidades. Isso não aconteceu.

Qual é o papel da mobilização de movimentos populares na luta contra a fome?

No nível local, a sociedade civil promove uma solidariedade que tem uma característica diferenciadora: diferente da solidariedade das grandes empresas, que aparece nos grandes jornais e na TV, falando “olha como nós somos muito bons, porque doamos”, a solidariedade da sociedade civil organizada é horizontal. É uma solidariedade entre iguais. Uma vez eu ouvi uma pessoa dizendo: “A gente não faz solidariedade com o que sobra, a gente faz solidariedade com o que tem”. O alimento — que certamente é importante, seja na forma de cesta ou refeição — vem acompanhado de um diálogo para que as pessoas entendam que não é nenhuma bondade. É uma maneira de minimizar, numa situação de crise, uma violação profunda que as pessoas estão sofrendo. Porque não comer e não ter uma alimentação saudável é uma violação a um direito humano. Essa solidariedade entre iguais vem acompanhada de um diálogo de que essa não é uma situação que está dada, não é definitiva, existem muitos caminhos para que ela seja superada. (L.F.S.)

■ [Leia as entrevistas completas com Francisco Menezes e Elisabetta Recine no site de *Radis*]

XINGU CONTRA A FOME

Em novembro de 2019, cerca de 70 pessoas, entre indígenas, ribeirinhos, jovens ativistas do clima e cientistas, reuniram-se na Reserva Extrativista do Rio Iriri, no Pará, para pensar em soluções sustentáveis para o futuro da Amazônia e do planeta. Naquele momento, os participantes não tinham como prever como o encontro, que recebeu o nome de Amazônia — centro do mundo, seria importante para aproximar pessoas e organizações em torno do enfrentamento coletivo dos impactos da pandemia de covid-19 — incluindo-se a insegurança alimentar —, que também atingiria a região da Transamazônica e do Xingu poucos meses depois.

O encontro foi a semente da criação, em fevereiro de 2021, da campanha Respira Xingu — uma das inúmeras iniciativas que incluem ações de combate à fome durante a pandemia em todo o Brasil. Criada no momento em que o estado do Amazonas enfrentava o colapso no fornecimento de oxigênio, a campanha reúne mais de 40 associações e movimentos sociais que ficaram preocupados com os índices alarmantes de infecção e morte por covid-19 na região.

No contexto de covid-19, não havia como ignorar a fome. Apesar de a pandemia ter afetado negativamente as condições de renda e trabalho em todas as regiões do país, o Norte e o Nordeste foram os mais atingidos, como indicou o Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, desenvolvido pela Rede Penssan. A realidade no sudoeste do Pará não era diferente.

Segundo Marcelo Salazar, coordenador executivo da organização Saúde em Harmonia, uma das integrantes da campanha, pelo menos 2 mil cestas básicas foram distribuídas na região com a preocupação de combater a fome. A estratégia foi aproveitar a produção das comunidades tradicionais do Xingu e incluir nos donativos produtos regionais como a castanha, a mandioca, a banana e a farinha regional. Além disso, as doações também levaram em consideração as demandas específicas dos moradores, incluindo itens como kits para pesca bem como outros insumos, lembrou a psiquiatra Erika Pellegrino, integrante do comitê técnico de saúde da campanha.

Professora da Universidade Federal do Pará (UFPA), Erika ressalta que já identificava o aumento da insegurança alimentar nas cidades da região, principalmente depois da construção da usina hidrelétrica de

Belo Monte — Altamira é a cidade mais próxima do empreendimento e sofreu grande impacto com a sua chegada. Segundo ela, com a expulsão de famílias de territórios tradicionais e o assentamento precário em áreas urbanas, houve a criação de “novas periferias”, onde se identifica alto grau de vulnerabilidade social.

Essa vulnerabilidade, tanto para a covid-19 quanto para a fome, é maior nas áreas urbanas, onde as famílias reassentadas são expostas a um maior risco de aglomerações (o que favorece o contato com o vírus) e têm que lidar com necessidades que antes não existiam. “Essa é a realidade de muitos ribeirinhos, que foram para casas sem identidade e passaram a precisar de dinheiro para se alimentar”, descreve a médica, que observa que Belo Monte “empurrou para periferias” cerca de 20 mil pessoas que viviam saudáveis na floresta.

Embora diga estar consciente de que não é possível romantizar ou homogeneizar a situação das comunidades tradicionais na Amazônia, Marcelo assegura que nas reservas extrativistas da região da Transamazônica e do Xingu os ribeirinhos têm melhores condições de vida e de alimentação, lembrando que muitas etnias indígenas sofreram impactos diretos com Belo Monte, parando de plantar e passando a consumir produtos industrializados.

Erika enfatizou que a fome e a pandemia se potencializaram nestas zonas de carência e ajudaram a evidenciar a realidade crônica, onde falta estrutura de saneamento básico e são comuns problemas como as verminoses, e endemias como a dengue e a malária. Marcelo lembrou ainda que as mudanças de hábito de consumo (com a introdução de alimentos ultraprocessados e de açúcar, de baixa qualidade nutricional) também resultaram em maiores índices de diabetes e hipertensão nas populações reassentadas. (A.D.L) **R**

COMO AJUDAR

Conheça outras iniciativas e campanhas de combate à fome no site de *Radis*. Ou acesse: <http://olheparaafome.com.br/>.

O TABULEIRO DA PANDEMIA

Encontros do G20 e da 74ª Assembleia Mundial da Saúde revelam desigualdades na saúde global diante da covid-19

O mundo já aplicou 2,2 bilhões de doses de vacinas contra a covid-19, mas 75% delas ficaram concentradas em apenas dez países. Esse dado revela as desigualdades na distribuição de um insumo essencial para controlar a pandemia do novo coronavírus (Sars-Cov-2). O médico Paulo Buss e o diplomata Santiago Alcazar, integrantes

do Centro de Relações Internacionais em Saúde (CRIS) da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) refletem — em artigo especial para a *Radis* — sobre essas disputas no tabuleiro da saúde global e o papel que tiveram a 74ª Assembleia Mundial da Saúde (de 24 a 31 de maio) e a Cúpula sobre Saúde Global do G20 (21 de maio).



Transcorridos 15 meses desde que a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a covid-19 uma pandemia, o vírus e a doença não dão trégua ao mundo. Temos três situações em andamento: países do Norte, mais ricos, que abocanharam a maior parte das doses de vacina disponíveis estão com esquema vacinal avançado e a epidemia razoavelmente controlada; a América Latina e o subcontinente indiano, que são hoje o epicentro da pandemia e tem grandes dificuldades de conseguir vacinas para sua população; e o continente africano, onde a epidemia ainda não chegou com força, mas que preocupa pela pobreza e vulnerabilidade da maioria de sua população e pela fragilidade dos sistemas de saúde.

É importante recordar alguns dos números devastadores na segunda semana de junho no mundo: cerca de 175 milhões de casos confirmados; mais de 3,7 milhões de mortes; em torno de 2,2 bilhões de doses de vacinas administradas, 75% das quais concentradas em apenas 10 países, segundo Tedros Adahanom, diretor geral da OMS. Entre os dez países que proporcionalmente mais vacinaram sua população, nove são países desenvolvidos, mostrando a desigualdade global que ocorre também em muitos outros indicadores da pandemia.

Com este pano de fundo, as duas últimas semanas de maio e as primeiras de junho foram cruciais para os rumos da pandemia e da saúde global. Três momentos políticos decisivos, com seus desdobramentos, foram a 74ª Assembleia Mundial da Saúde, em Genebra, a Cúpula sobre Saúde Global do G20 (arranjo político que reúne as 20 maiores economias do planeta), em Roma, e a Cúpula do G7 (clube exclusivo das sete maiores economias), em Cornwall, no Reino Unido. As três cidades aparecem no registro das reuniões por uma questão de tradição, uma vez que foram realizadas no modo virtual. A Cúpula do G20 sobre Saúde Global seria interessante pela dedicação exclusiva à pandemia de covid-19, bem como pelas propostas que seriam adotadas, indicando caminhos de saída e recuperação, e exibindo medidas para evitar outras emergências sanitárias.

A reunião do G20 havia sido convocada, entre outras coisas, para considerar a proposta de suspensão temporária de patentes durante a pandemia, solicitada à Organização Mundial do Comércio (OMC), em outubro de 2020, por África do Sul e Índia. A medida é apoiada por mais de cem países e, mais tarde, por quase duzentos ex-líderes e Prêmios Nobel, senadores e deputados norte-americanos, organizações da sociedade civil e, por último, respondendo à enorme pressão, o próprio presidente dos Estados Unidos, Joe Biden. A União Europeia, tomada de surpresa com o gesto inesperado do governo norte-americano, aceitou debater a questão no âmbito da OMC, deixando entrever resistências internas. O Brasil, como tem ocorrido nos últimos tempos, ficou contra, depois se omitiu e, agora, parece que apoia timidamente.

RESULTADO DECEPCIONANTE

Os temas mais urgentes a serem considerados pelos líderes no encontro dedicado à saúde global, em plena pandemia da covid-19, deveriam ser os seguintes, sem desmerecer outros

que poderiam despertar interesse: medidas para corrigir as inequidades na distribuição de vacinas; iniciativas para aumentar a oferta mundial de imunizantes; ações para minorar os efeitos devastadores da covid-19 nos campos da saúde e da economia, sobretudo nos países em desenvolvimento; eventual acordo internacional para fortalecer a resposta dos Estados e da OMS a futuras emergências sanitárias.

A Declaração de Roma — resultado final da Cúpula do G20 — é decepcionante à luz das esperanças levantadas. Não há naquele documento, por exemplo, menção ao direito universal à saúde. A observação não é menor. A referência à definição da saúde, que consta do preâmbulo da Constituição da OMS, ou ao direito à saúde como direito humano fundamental — como plasmado nos principais instrumentos de direitos humanos, bem como em resoluções da Assembleia Geral das Nações Unidas — está ausente da declaração.

A proposta para aumentar a oferta de vacinas tem uma bifurcação. O primeiro braço é o fortalecimento da iniciativa Covax (Covid-19 Vaccine Access), subfinanciada desde o seu lançamento, em abril de 2020. Segundo dados disponíveis, até o presente foram destinados US\$ 12 bilhões à Covax, claramente insuficientes ante os US\$ 40 bilhões que seriam necessários. Nesse contexto, com a pandemia grassando, a proposta do G20 parece vazia. O segundo braço é o que se refere à possibilidade de levar adiante a suspensão temporária de patentes que, em tese, aumentaria a oferta. Aqui há uma segunda bifurcação, que vale a pena explorar, ainda que brevemente, pois as patentes podem ser divididas, grosseiramente, em dois grupos: produtos de e para a saúde e vacinas.

Com relação a vacinas, a questão envolve duas dificuldades. A primeira é uma necessária transferência de tecnologia, nem sempre realizável ou absorvível. A segunda é a garantia de conseguir os componentes necessários, comercializados por fornecedores em múltiplos países. Isto é ainda mais flagrante para as vacinas de última geração, de RNA mensageiro, cuja tecnologia é dominada exclusivamente por empresas estadunidenses. Portanto, as dificuldades existem e são complexas.

O que tem que ficar claro, no entanto, é que o Acordo TRIPS [Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio], que regulamenta os direitos de propriedade dos produtores, é inadequado para estes tempos pandêmicos. Insistir em soluções que preconizam ater-se às suas cláusulas parece receita provinda de nau de insensatos. É o que fez a Cúpula do G20 sobre Saúde Global, ao invés de considerar a ideia da suspensão temporária, examinar as dificuldades e eventualmente propor medidas de solução para aumentar a oferta de vacinas sem os inúmeros obstáculos impostos por TRIPS. Decepcionante é o mínimo que se pode dizer sobre os resultados alcançados.

PRESSÃO DAS GIGANTES FARMACÊUTICAS

O que é, no entanto, inaceitável, é a enorme pressão das farmacêuticas, exercida no âmbito da OMC, no sentido de forçar a adoção de uma terceira via — nem a suspensão proposta por África do Sul, Índia e mais de cem países, inclusive

os Estados Unidos, nem a posição inflexível de ater-se às flexibilidades contidas no Acordo de TRIPS e que habilitam eventual licenciamento compulsório. O processo para obter licenciamento compulsório é demorado, custoso, extremamente complicado e incerto, na medida em que tem que ser feito caso a caso, envolvendo produtos vários e processos distintos. A terceira via, apoiada pelas farmacêuticas, é a que as autoriza a proceder a licenciamentos voluntários, ou seja, se elas quiserem, quando elas quiserem e a quem elas quiserem, numa macabra materialização do enunciado absurdo que “tudo deve mudar para que tudo permaneça como está”. E isto, sem levar em conta que as farmacêuticas receberam o apoio decisivo dos cofres públicos, sem o qual provavelmente não haveria vacinas contra a covid-19.

Não caberia a elas, portanto, ditar aos Estados como devem proceder frente a emergências sanitárias. Duplamente decepcionante e até mesmo indignante o que resultou da Cúpula do G-20. Com relação às propostas de medidas para minorar os efeitos da covid-19 nos países em desenvolvimento e na consideração de instrumento internacional com a finalidade de prevenir o desastre atual, nada, ou muito pouco avançou.

Em relação à 74ª Assembleia Mundial da Saúde (AMS) — que reúne os Ministros da Saúde de todos os países do mundo, constituindo-se, por excelência, no foro da diplomacia da saúde global —, o título escolhido para este ano parecia promissor: “Acabar com esta pandemia, prevenindo a próxima: construindo juntos um mundo mais saudável, seguro e justo”. Contudo, a Assembleia limitou-se a considerar de maneira superficial os relatórios de balanço e avaliação preparados por solicitação da 73ª AMS (de maio e dezembro de 2020) e a propor a criação de um Grupo de Trabalho (GT), com vistas a apresentar os seus resultados na 75ª sessão, em maio de 2022, com possíveis sugestões de acordo para fortalecer a capacidade de resposta dos Estados e da OMS com respeito a futuras emergências de saúde. Não há pressa, como se pode concluir. Não é preciso fazer comentários.

PROBLEMA GLOBAL

Os diretores gerais do Fundo Monetário Internacional (FMI), da OMS, da OMC e o Presidente do Banco Mundial, em inédita iniciativa conjunta, ainda mais quando se considera as tradicionais exigências de rigor fiscal do FMI e do Banco Mundial, reivindicaram do G7 — grupo das sete maiores economias do mundo, que se reuniu de 13 a 15 de junho — a injeção de US\$ 50 bilhões na OMS e na Covax para acelerar a vacinação nos países em desenvolvimento e assim garantir que o mundo todo seja imunizado. O G7 declarou, em 13 de junho, que vai adotar plano para distribuir 1 bilhão de doses de vacinas até o final de 2022 e sequer fez menção ao pedido das quatro agências.

Um debate iniciado e não resolvido é se os Estados-membros assumem, no âmbito da OMS, um tratado internacional sobre pandemias — proposto originalmente por 25 chefes de Estado, em março, entre eles Emmanuel Macron, presidente da França, e Angela Merkel, chanceler da Alemanha, mas sem os Estados Unidos e o Brasil. A maioria dos países aposta num tratado de cunho eminentemente epidemiológico e sanitário; já alguns especialistas sugerem um



tratado que supere a visão colonialista de que as pandemias vêm dos países do Sul e pobres.

Na verdade, para o controle efetivo de uma pandemia, que é um problema global, haveria que existir a renúncia sobre alguns aspectos da soberania dos países, mas isto não é bem visto pelas grandes potências, nem por muitas das médias. A resolução aprovada na Assembleia aponta para a criação de um Grupo de Trabalho aberto (que, na prática diplomática das Nações Unidas garante o acesso a todos os países, mas dirigido por uma mesa diretora composta por seis países, um de cada região do mundo) que leve uma posição para a decisão de uma sessão da AMS em novembro de 2021. Uma vez mais tudo jogado para a frente. Enquanto isso, a epidemia permanece ameaçadora, ao sol e à sombra.

Setores progressistas da sociedade civil, como o Sustainable Health Equity Movement (SHEM), propõem, ao invés de um tratado sobre pandemias, um tratado de saúde global, que tome em conta os determinantes sociais da saúde e, portanto, incidindo sobre políticas públicas e não apenas sobre saúde. Mas, neste caso, não seria mais indicada a adoção de um tratado de saúde global no âmbito da Assembleia das Nações Unidas, ao invés de sê-lo na OMS?

Uma iniciativa esperançosa foi o lançamento do Conselho da OMS sobre Economia da Saúde para Todos e que emitiu seu primeiro relatório em 9 de junho, no qual pediu aos governos, à comunidade científica e médica e aos líderes do setor privado para redesenhar o ecossistema de inovação em saúde para fornecer tecnologias de saúde para o bem comum. É um bom começo de trabalho.

Por fim, diante do descalabro que a maior parte da vacina do mundo é produzida nos países desenvolvidos, que ficaram com cerca de 75% das doses disponíveis, a antiga proposta de descentralizar a produção para países em desenvolvimento, vale dizer a produção local, tomou corpo novamente, e será discutida na OMS, com a participação do Brasil, incluindo Fiocruz e Butantã, na semana de 21 de junho. A conferir.



HISTÓRIAS DO SUS EM VERSO E PROSA

Relatos de experiências em saúde pública que usam da literatura de cordel às redes digitais contra a pandemia

ANA CLÁUDIA PERES

Do meme ao cordel. Das cartilhas às hashtags. Pelo folheto. Pelo telefone. Pela tela do aplicativo. Em tempos de pandemia — e para além deles —, os profissionais da saúde buscam estratégias mais variadas para levar informação e se aproximar dos usuários com experiências de fazer inveja a qualquer profissional da comunicação. *Radis* apresenta algumas delas. Conheça nas próximas páginas a peleja do médico cearense contra a covid-19 e outras mazelas; o trabalho de educação permanente feito por uma agente comunitária de saúde no interior do Piauí; a quarentena digital dos profissionais do Núcleo Ampliado de Saúde da Família (Nasf), na “cidade das tapiocas”, na Paraíba; e as ações de uma turma de residentes na periferia do Rio de Janeiro.

O MÉDICO E O POETA NO FRONT

De jaleco, de frente para a câmera, Sávio Pinheiro afia o gogó num ritmo cadenciado: “Da China saiu em silêncio profundo / cruzou a fronteira mostrando o poder / feriu o planeta sem tempo a perder / Do homem tirou o viver mais fecundo / sem pena e sem dó agrediu todo mundo / matou, maltratou, pôs o povo a chorar...” Começa assim um dos muitos cordéis que o médico cearense natural de Várzea Alegre escreveu sobre o novo coronavírus.

Em quase 40 anos de medicina, ele já usou a literatura para falar com seus pacientes sobre tudo. Hanseníase e problemas do coração, gravidez na adolescência e doenças sexualmente transmissíveis, os males dos agrotóxicos, vírus, cocos e bacilos, todos mereceram folhetos. Certa vez, imaginou “A

peleja do fígado valente com Mané Garrincha”. Também o Sistema Único de Saúde ganhou páginas inteiras de rima. Mas é a primeira vez que ele conta sobre uma pandemia em versos.

No “front do coronavírus”, como resume em entrevista por telefone à *Radis*, vem enfrentando uma rotina que inclui atendimento em hospitais e plantões em postos de saúde de cinco cidades do Cariri cearense. Em um único dia, chegou a atender sete pacientes com covid-19. “Estamos trabalhando em condições muito difíceis em meio a tantos casos”, declara. O cordel sobre a pandemia no início deste texto, ele fez a convite de uma turma do mestrado em educação e saúde que funciona na região.

Desde então vieram outros contos, crônicas e poemas, que vem usando com a sua equipe, nas consultas com pacientes e em programas de rádio para os quais é convidado. Nesta estrofe escrita em 29 de janeiro, doze dias depois de a enfermeira Mônica Calazans se tornar a primeira pessoa a receber uma dose de Coronavac no Brasil, Sávio reverenciou os esforços da ciência e da medicina: “Para o povo a sanidade / só virá com a imunidade / oriunda da vacina”.

Aos 63 anos, o médico também já está imunizado. Antes, bem antes, quando a vida ainda não girava em torno de uma pandemia, Sávio conheceu Ariano Suassuna e seu Movimento Armorial pelas ruas do Recife. Encantou-se. O baú de Suassuna — literatura, música e teatro num caleidoscópio infinito — fez a diferença no caminho do jovem estudante de medicina e futuro poeta. De volta ao Ceará, no início dos anos 1980, foi daqueles médicos que fez de tudo um pouco. “Um generalista”, ele diz, “que antigamente, ao chegar no interior, a gente não procurava uma especialidade”. Foi cirurgião, obstetra, anestesista, ortopedista. Médico da família, é um ardoroso defensor da saúde pública e do SUS, cuja implantação ele acompanhou desde o primeiro momento. Viu de perto a ideia dos agentes comunitários de saúde ganhar corpo e contribuiu com a criação do Programa Saúde da Família — hoje Estratégia Saúde da Família.

A propósito, toda essa aventura desde a origem do SUS até hoje ele narra no cordel intitulado “A história da saúde no Brasil”, que deveria ser leitura obrigatória para quem deseja entender melhor a gigante capilaridade do sistema público de saúde brasileiro. “Quando tem início o PSF, eu já estou totalmente envolvido com as experiências na área e naturalmente acabo fazendo parte da atenção básica”, conta. Na porta de entrada do sistema, para melhor se comunicar com a população, Sávio usou versos, pequenas peças, quadrinhas, cordéis. “A gente vai tentando utilizar o cordel para amenizar as dificuldades. Você se mistura com as pessoas, as pessoas se identificam com você e assim vamos procurando formas de envolver a todos”. Foi assim quando um pequeno poema de estímulo ao aleitamento materno passou a ser usado durante as consultas de pré-natal, mobilizando toda a equipe que se preparava para melhor declamar os versos com as gestantes. “Introduzi aquilo e notei que tinha um certo estímulo e que criava um incentivo dentro da equipe”.

Mais até do que informar os pacientes, o médico viu no cordel também uma forma de inspirar gestores e profissionais de saúde nas ações junto à população. A iniciativa virou o projeto “A literatura de cordel como Estratégia Saúde da Família”, que acabou ganhando reconhecimento no I Encontro de Experiências Exitosas da Estratégia Saúde da

Família do Nordeste, que aconteceu em João Pessoa em 2006, e logo avançou para um segundo projeto: “A literatura de cordel como metodologia de construção social”.

À sua maneira, misturando sintaxes e prosódias, Sávio foi construindo um verdadeiro movimento — o “Receitando Cordéis” — que lança mão da literatura para, a um só tempo, ajudar a conscientizar a população na prevenção de doenças e a transformar rotinas de trabalho e cotidianos de saúde. “Acho que a medicina é ciência, mas também é uma arte. Você tem que praticar com o coração, com a alma. Assim como a literatura”.

Desde 2009, o médico é integrante da Academia Brasileira de Literatura de Cordel, onde ocupa a cadeira de número 35. Quando for possível, pretende lançar em forma de livro o seu cordel mais recente, “O romance do cruzeiro isolado e o parangolé do fuxico do vai e volta” — que não é exclusivamente sobre saúde e dá a volta ao mundo em 1872 estrofes. Mas esse é um plano que Sávio Pinheiro guarda para quando passar a pandemia, esse “tsunami”, que como ele bem traduz em seu cordel:

**“Matou o carnaval e as festas juninas,
os cultos gigantes, a paz do obreiro,
do alegre estudante, o sonho certo,
do mestre, o contato com as disciplinas.
Da noite, tirou o amor das meninas,
nas casas, prendeu quem não foi
trabalhar.
Castrou-nos, na marra, o dom de sonhar
de forma grosseira, macabra e temente,
mexeu com o pobre e com o rico valente
do chão, do agreste; sertão, beira-mar”.**

Sávio Pinheiro: literatura de cordel transformando vidas



ACS TROVADORA

Quando percebeu que a população da pequena Pio IX, no interior do Piauí, estava ficando mais confusa do que informada com as notícias que chegavam sobre a pandemia de covid-19, a agente comunitária de saúde Maria Marilene do Monte Carvalho não hesitou: reuniu conhecimento técnico e sabedoria popular para compor as 12 estrofes do cordel #Fiqueemcasa. Em versos claros feito água, o histórico do vírus, os sintomas da doença, as orientações e protocolos de segurança pareciam muito mais fáceis de assimilar. Marilene começava ali a quebrar a barreira junto a uma parte das 167 famílias que ela acompanhava.

“Era março de 2020 e fomos todos pegos de surpresa. Mesmo que não entrássemos nas casas das pessoas, notei que havia resistência da população em receber o ACS”, explicou por telefone à *Radis*. De uma pessoa da comunidade, ouviu que “aquele não era tempo de visitas”. “Eu precisava fazer alguma coisa”, decidiu. Sem recursos para impressão do folheto, estampou os versos em uma folha de papel. Colocou, ao final, seu telefone e os números disponibilizados pela Secretaria de Saúde para dúvidas e orientações. Distribuiu de bairro em bairro. Ao mesmo tempo, na sala de casa, com o celular, gravou um vídeo recitando o cordel e encaminhou para sua rede de contatos de WhatsApp.

A iniciativa surtiu efeito. “As pessoas começaram a me procurar e, ao mesmo tempo, outros profissionais da equipe passaram a divulgar o material”, disse. A ferramenta usada pela agente comunitária no município de 18 mil habitantes, que fica a 440 quilômetros de Teresina, foi uma das selecionadas na primeira fase da “APSForte no SUS — no combate à covid-19”, uma iniciativa da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas/OMS) para dar visibilidade às práticas desenvolvidas pela Atenção Primária à Saúde que se destacaram no cenário de crise sanitária vivida pelo Brasil. Durante um encontro online para falar sobre o trabalho, em julho do ano passado, Marilene pediu licença e surpreendeu ao fugir dos tradicionais slides e relatar a experiência — adivinhem? — em forma de cordel.

De lá para cá, ela fez chegar muitos outros vídeos e folhetos à comunidade. Em “Vamos conversar”, a agente comunitária recomenda:

“Tem exame pra fazer
Será que não pode esperar?
Está precisando de receita
Seu ACS pode lhe ajudar
Ele agenda sua consulta
Para não aglomerar
Precisa tomar vacina
Também podemos agendar
Compareça no horário marcado
Para não tumultuar
Todas essas medidas
É visando seu bem-estar”.

Recentemente, compôs “Uma dose de esperança”, como uma forma de celebrar a chegada da vacina em Pio IX.

A cidade teve uma primeira onda mais branda, contou Marilene, mas desde o relaxamento das normas de segurança em dezembro vem enfrentando um número recorde com 821 casos confirmados e 17 mortes, segundo o boletim epidemiológico da Secretaria de Saúde do Piauí em meados de maio. A agente comunitária de saúde não descuidou. “O cordel da vacina eu distribuí para cada pessoa que recebia a imunização. Ele fala sobre a esperança em cada dose, mas ao mesmo tempo explica que todos devem continuar se protegendo”.

Assim como o médico cearense, Marilene descobriu nessa arte milenar um poderoso aliado para se comunicar com a população. O cordel entrou em sua vida ainda bem antes de ela se descobrir agente comunitária de saúde, há 20 anos. Escrevia para si mesma. “Em alguns momentos, era como eu conseguia desabafar. Em um período pessoal de muitas dificuldades, foi onde encontrei a ponte para, digamos assim, não entrar numa depressão”, revelou. Tornar-se uma agente comunitária de saúde não foi a primeira escolha de Marilene. Nem a segunda. Fez o curso técnico, sem acreditar muito que seguiria na profissão. No meio do caminho, formou-se em pedagogia. “Eu ouvia de todo mundo que nasci para ser ACS, mas não acreditava nisso”. Hoje, costuma dizer que foi

Maria Marilene: de mãos dadas com a sabedoria popular



escolhida para seguir nesse trabalho de promoção de saúde e prevenção de doenças. “Me encontrei. É onde faço o que sei de melhor: tento ajudar as pessoas”.

Faz isso com o auxílio inestimável do cordel. “As pessoas entendem com mais facilidade as informações que a gente deseja passar”, ressalta. A inspiração pode surgir durante uma visita domiciliar, ouvindo histórias pessoais ou enquanto lê. Costuma dizer que “é um filme que vem na cabeça e não passa”. “Enquanto não coloco no papel, aquilo ali fica digitando na minha cabeça”. Ela ainda lembra a primeira vez que usou os versos para se dirigir à população. “A gente tinha uma dificuldade muito grande de trazer as gestantes para as palestras, que normalmente eram feitas com datashow e só quem ficava na frente, falava”, relembrou. “A gente queria fazer uma coisa diferente e fizemos só um versinho para convidar as pessoas”. Naquele dia, conseguiram atrair 19 mulheres grávidas e ainda uma avó e um pai como acompanhantes. Antes, esse número não passava de três.

Depois, vieram as campanhas de vacinação também convocadas via cordel. Qualquer evento na unidade de saúde, cordel. Setembro Amarelo ou Outubro Rosa, cordel. O SUS também ganhou folheto — “Fiz questão de mostrar em cordel o SUS que dá certo. A mídia só mostra o que dá errado”, disse. Também as notícias fraudulentas vêm sendo combatidas verso a verso por Marilene. “No início da pandemia, percebi que as pessoas estavam adoecendo também por conta da disseminação das fake news e fiz um cordel específico”. Além de informação segura, ela descobriu que o apoio emocional também é importante durante a quarentena. Agora, costuma dedicar alguns de seus versos a esse aspecto da pandemia. “Hoje, acho que, mesmo distante, consegui ficar mais próxima da minha comunidade”, surpreende-se Marilene. E isso também pode virar cordel.

#QUARENTENASF E OUTRAS HASHTAGS

Segunda-feira: “Treino em casa”. Terça-feira: “Arrasta para o lado”. Quarta-feira: “Quarta tem live”. Quinta-feira: “Passo a passo”. Sexta-feira: “Cinenasf”. Durante alguns meses, essa foi a agenda proposta pelo Núcleo Ampliado de Saúde da Família (Nasf) de Caldas Brandão, no interior da Paraíba. Impossibilitados de realizar as atividades coletivas e presenciais no período da pandemia, os profissionais decidiram inventar uma maneira de se aproximar dos usuários à distância, sem perder de vista a promoção do cuidado e a prevenção em saúde. Para isso, lançaram mão das redes sociais e, pelo Instagram, sistematizaram as ações possíveis. A estratégia ganhou nome em forma de hashtag — #Quarentenasf — e em pouco tempo conquistou o interesse e a adesão da população.

Em três meses, o perfil criado em março do ano passado no Instagram já contava com mais de 200 seguidores — hoje tem 1.500. Com uma média de 600 visualizações diárias e interações que chegavam por meio de respostas nas lives, comentários nas postagens, participações nas enquetes, o projeto era também uma via de mão dupla, um canal de diálogo para tirar dúvidas e encaminhar demandas da população relacionadas à pandemia. Funcionava assim: a cada semana, a equipe multiprofissional trabalhava um conteúdo

específico para encaixar na programação diária fixa, a partir de linguagem simples e materiais audiovisuais voltados para determinado público.

Por exemplo, enquanto na segunda-feira era possível aprender os exercícios de um treino de intensidade moderada para ser executado em casa, no dia seguinte, um vídeo no “Arrasta para o lado” ensinava didaticamente a forma correta de fazer a higienização das mãos ou como lavar frutas e verduras. Na quarta-feira, uma live poderia discutir com a população o aumento dos casos no município, enquanto na quinta, um guia ilustrado demonstrava como falar de covid-19 com as crianças. A sexta-feira era dedicada às dicas de cinema sempre articuladas com a temática da semana — o primeiro filme sugerido foi a animação “Divertidamente”, uma maneira original de abordar a ansiedade e outros medos.

Nem mesmo a falta de acesso à internet de boa parte da população do município virou impedimento para o sucesso do projeto — nesses casos, as postagens se transformavam em cartilhas gráficas que, depois de impressas, contavam com o apoio dos agentes comunitários de saúde para a distribuição entre os usuários. Foi assim com o guia sobre alimentação saudável ou um oportuno tira-dúvidas sobre quando ir à unidade de saúde com sintomas da covid ou como cuidar de um paciente em casa sem risco de contaminação para o restante da família. “Quando a gente trabalha com educação em saúde, esperamos que a informação não fique só com quem a recebe, mas que seja multiplicada. Com esse projeto, conseguimos isso”, diz Laís Santos Castro, uma das idealizadoras do #Quarentenasf.

Laís é educadora física. Logo no início da pandemia, ela costumava se perguntar: “Como fazer um trabalho educativo de enfrentamento à pandemia sem as ações coletivas? Como inspirar novos hábitos de prevenção à saúde e qualidade de



Equipe do Nasf de Caldas Brandão (PB): promovendo o cuidado online



vida nesse contexto?" As indagações eram comuns aos outros integrantes da equipe — além da educadora física, o Nasf de Caldas Brandão oferece serviços de fisioterapia, psicologia, fonoaudiologia, nutrição e assistência social. Para Laís, o grande diferencial do projeto foi justamente a sistematização das atividades multidisciplinares de maneira que as redes sociais fossem usadas não apenas como uma ferramenta institucional e burocrática de difusão de informação, números e estatísticas, mas também de educação.

Há outro detalhe não menos importante destacado por Laís ao falar sobre o projeto. “Em um momento em que as redes vêm sendo usadas para espalhar fake news e dificultar o trabalho em saúde, divulgando informações que não são reais e deixando as pessoas com medo das vacinas, por exemplo, a gente fez o caminho inverso”, analisa. “Se dá pra construir mentiras nessas redes, também dá pra desconstruir”. O mais difícil para a educadora física foi encarar a timidez. Sem contar com profissionais de comunicação para auxiliá-los com os materiais, cabia aos integrantes da equipe de saúde produzir os vídeos. “Foi a união dos nossos talentos”, brinca.

Caldas Brandão fica a 52 km de João Pessoa. É conhecida como “a cidade das tapiocas” e tem cerca de 6 mil habitantes. Por se tratar de um município pequeno, o número de casos de covid-19 é menos expressivo que na maior parte do país — em meados de maio, contava com uma média semanal de 14 casos; no total, sete pessoas haviam morrido em decorrência da doença. Mesmo assim, o #Quarentenasf somou esforços e fez a diferença no combate à pandemia, ficando também entre os selecionados do prêmio da Opas/OMS. “Sem invencionices, sem fórmulas mágicas, sem mirabolâncias”, continua Laís, “a gente conseguiu pensar em saídas e formas de estruturar o conhecimento científico para produzir respostas no contexto de crise que estamos vivendo”.

Com os serviços presenciais no município retornando gradativamente, o projeto entrou em uma nova fase, bastante desafiadora. Inclusive, porque, segundo Laís, há questões de ordem burocrática que não podem ser desconsideradas, como a chegada do Previne Brasil — novo modelo de financiamento

para APS que, na opinião da educadora física, compromete a existência dos Nasf. Além disso, a equipe percebeu um certo cansaço da população que, diante de tanto tempo em isolamento, começou a demonstrar desinteresse para fórmulas como a das transmissões online ao vivo — se no início do #Quarentenasf, uma live atraía cerca de 90 pessoas a cada quarta-feira, nas últimas exibidas, esse número já não passava de 15.

Seja como for, o #Quarentenasf deixou frutos. “É uma experiência nascida do chão da atenção básica e que mostrou a nossa capacidade de produzir respostas efetivas”, diz Laís. Entre os desdobramentos do projeto, ela cita o trabalho de telemonitoramento dos pacientes com covid implementado em Caldas Brandão a partir dessa experiência e ainda um intercâmbio com o município vizinho de Gurinhém.

CUIDADO EM REDE

Thayná Miranda tem 27 anos, é dentista e está no segundo ano do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família, da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Ensp/Fiocruz). Mal havia começado a pandemia, em março do ano passado, quando ela e uma equipe de residentes — uma enfermeira, um psicólogo, uma nutricionista e uma assistente social — chegaram à Clínica da Família Anthídio Dias, no Jacarezinho, Zona Norte do Rio de Janeiro. Diante dos desafios impostos pelo isolamento social e da total ausência de campanhas educativas por parte dos órgãos oficiais, decidiram utilizar as redes sociais como estratégia para se comunicar com os usuários, divulgando ações e serviços.

Os profissionais da clínica já mantinham assiduamente uma página no Facebook. Mas o pulo do gato se deu com um perfil criado pelos residentes para o Instagram, em que podiam utilizar a linguagem do vídeo e outras ferramentas da plataforma para se aproximar da comunidade. O perfil acabou funcionando como uma espécie de diário de campo das atividades do “Pé no Jaca” — o nome do grupo é uma brincadeira com a famosa expressão popular e a forma

carinhosa com que os residentes se referem ao bairro. A partir dali os seguidores do perfil passaram a ser brindados com um conteúdo diversificado cujo foco era o cuidado.

Em 20 de maio de 2020, a enfermeira residente Quésia deu dicas sobre o manuseio das máscaras; em 11 de junho, foi a vez da nutricionista Clarice falar aos usuários sobre alimentação, contestando as mensagens que circulavam na Internet com promessas de receitas milagrosas contra o novo coronavírus; e no dia em que a lei 8.080 completou 30 anos (25/9), os residentes gravaram um vídeo em que o psicólogo residente Gabriel explicava a importância da lei que regulamenta o SUS. Um dos vídeos preferidos de Thayná é o que acompanha os residentes numa ação junto à equipe do Consultório de Rua. Um outro conteúdo produzido pelo “Pé no Jaca”, com o caminho percorrido pelos ACSs até a casa dos usuários para vacinar os acamados, foi compartilhado inclusive pelo secretário municipal de Saúde, Daniel Soranz, um assíduo seguidor das postagens do grupo no Instagram.

Além disso, há dicas de filmes e livros e uma websérie, “Dona Gê e a horta” — pequenos vídeos sobre uma moradora do Jacarezinho e voluntária da clínica e a relação que ela mantém com a comida que planta na horta comunitária da CF Anthídio Dias. “Acho que a comunidade se reconhece nessas iniciativas e essa sensação de pertencimento é valiosa”, disse Thayná por telefone à *Radis*, ressaltando a capilaridade do SUS e toda a riqueza dos territórios que devem ser valorizadas em qualquer política voltada para a Atenção Primária.

O uso das redes pelo grupo “Pé no Jaca” foi apenas uma das práticas compartilhadas em maio, durante o XV Ciclo de Debates da Residência Multiprofissional em Saúde da Família ENSP/Fiocruz. Coordenada pela professora Maria Alice Pessanha, uma roda de conversa online apresentou um belo panorama de “experiências para os vazios do SUS e a ampliação do cuidado”. A psicóloga residente Amanda Marinho explicou as estratégias que sua equipe utilizou, aproximando-se da dinâmica veloz das redes sociais para trazer informação e comunicação para os usuários da Clínica da Família Amélia dos Santos Ferreira, no bairro do Encantado.

Letícia Parente, enfermeira, contou como o trabalho de comunicação nas redes vem ajudando no combate às fake news. No conjunto de ferramentas que desenvolveu junto com sua equipe na CF Wilma Costa, na Ilha do Governador, destaque para o “Fala, Wilma!”, um canal para compartilhamento de vídeos e outros materiais informativos. Mas eles também não dispensaram os cartazes e pôsteres, que continuaram sendo utilizados no território. Para Ana Luisa Kuehn, que montou uma verdadeira linha de produção de vídeos para WhatsApp com os profissionais de educação física do Centro de Saúde Escola Germano Sinval Faria, em Manguinhos, todo o conteúdo produzido é importante para combater as notícias fraudulentas e disseminar informação de qualidade. A educadora física ressaltou a importância dos formatos digitais durante a pandemia para adesão à prática de exercícios e bem-estar físico e mental dos usuários no período.

Em comum, as experiências revelam uma comunicação em saúde que amplifica cuidados. Em sua fala, Alan Nogueira, egresso do programa da Ensp, ressaltou que “comunicação pode salvar vidas” e fez uma análise quantitativa e qualitativa das interações dos usuários durante seu trabalho na coordenação das redes sociais na CF Epitácio Soares Reis, na Pavuna.

Assim como o “Pé no Jaca”, a experiência apresentada pela nutricionista Sophia Rosa foi realizada na Clínica da Família Anthídio Dias, no Jacarezinho, ainda antes da pandemia, quando era possível desenvolver ações presenciais. Construída a 14 mãos por ‘jacaroas’ formadas pela Ensp entre 2018 e 2020, como fez questão de frisar a nutricionista egressa do programa, a experiência-xodó do grupo foram as assembleias populares — encontros que incentivavam o espírito coletivo, propunham um diálogo entre comunicação e participação dentro do SUS e que muito aproximaram trabalhadores e usuários em um território que sofre com a violência do Estado e as guerras entre facções. O debate transmitido online aconteceu na manhã em que uma operação policial no Jacarezinho deixou 28 mortos. *Radis* participou da roda de conversa com os residentes, cuja íntegra você pode conferir aqui: <https://bit.ly/3oDNkjp> 



Ação do Consultório na Rua, acompanhada de perto pela equipe do “Pé no Jaca”: das ruas para as redes



LONGE DOS PALCOS

Há mais de um ano, trabalhadores da arte tentam driblar as mudanças e incertezas provocadas pela pandemia

MONIQUI FRAZÃO*

As temporadas estavam planejadas e as agendas comprometidas. Projetos haviam acabado de estreiar, depois de estudo e preparação. Essa era a realidade de muitos trabalhadores das artes e da cultura no Brasil, até que, em março de 2020, eles receberam as notícias de cancelamento. O motivo: as medidas sanitárias e as restrições necessárias para conter o espalhamento do vírus causador da covid-19. Sem a proximidade com o público e as aglomerações, comuns em muitas das profissões que compõem o setor da arte e da cultura, esses trabalhadores — provavelmente os últimos a retomarem às suas atividades — viram sua renda diminuir e suas rotinas de trabalho mudarem e, ao que parece, sem data para retornar.

A artista autônoma maranhense Camila Reis já vinha, há alguns anos, trabalhando para ter estabilidade, com planejamento mensal, pequenos contratos com empresas e novas atividades. “Como diversos outros artistas, quando a gente sobrevive só da arte, busca ao máximo ter o mínimo de estabilidade, porque o campo do autônomo é instável”, explica a cantora, compositora e contadora de histórias. Ela atuava como contadora de histórias em livrarias e escolas particulares, entre outras atividades.

Na contação de histórias, tinha a agenda quase sempre cheia durante toda a semana; como cantora, Camila se apresentava em bares, quando havia uma folga em sua agenda. Seu foco estava na produção de seu trabalho independente. As atividades davam a ela certa estabilidade tanto para investir no trabalho quanto no dia a dia. “Quando chega a pandemia, dá uma bagunçada geral. Porque eu trabalhava muito com escola e com eventos que eram todos presenciais, ligados à educação e a crianças, e aí todos os eventos foram cancelados”, narra.

Assim também aconteceu com Aldrey Rocha, ator e palhaço. Ao lado de Aline Campêlo, ele lidera o K’Os Coletivo [lê-se Caos], coletivo de palhaçaria, comédia e improvisação teatral de Fortaleza, no Ceará. O grupo estava com uma temporada grande para fazer de março para abril de 2020, quando, de repente, ainda em março, os contratantes ligaram e disseram: “Está tudo cancelado”. “Foi um baque para a gente”, lembra. As apresentações mais para a metade do ano, conta, não foram canceladas, mas adiadas.

Quando começaram os primeiros casos em Fortaleza, já se sentia o medo das pessoas e a correria nos supermercados. Aldrey estava na sede do K’Os Coletivo e pegou tudo o que podia. “Eu peguei tudo o que eu podia pegar na área de palhaço e maquiagem, não sei se foi consciente ou inconsciente. Peguei tudo, muito figurino, joguei dentro do carro e fui para casa”, descreve.

Depois de duas semanas com o medo de não estar trabalhando e o pavor em torno do próprio vírus, vieram as mudanças. “O contratante com quem a gente tinha as apresentações marcadas liga para a gente e diz que elas poderiam ser feitas, mas de forma online”, lembra. “A gente recriou muita coisa, porque não tínhamos cenário e figurino em casa. Não tínhamos tudo o que precisávamos. Então a gente reformulou muito os espetáculos. Alguns, não apresentamos, porque é impossível realizar de forma online ou remota”, acrescenta.

ESTREIAS CANCELADAS

No começo das mudanças, a produtora cultural Aline Mohamad estava no Rio de Janeiro para estreiar uma peça. “Então, a gente teve um ensaio aberto, a estreia e mais um dia de peça e aí foi quando a gente recebeu um telefonema tipo ‘não venham, a gente vai fechar’”, relembra. “Com a pandemia, é aquilo que já é bem sabido. Nós fomos o primeiro setor a parar e vamos ser os últimos a voltar. E eu acho que é muito importante que sejamos, sim, os últimos a voltar, porque a gente sabe de todo o problema que é colocar as pessoas dentro de um teatro”, avalia. Aline explica que no Centro Cultural São Paulo, onde também trabalha, houve a volta de um espetáculo de dança, com a capacidade reduzida. “Isso foi em um momento de tentar reabrir teatros e viu-se que não dava certo e acabou. É assim que funciona. A gente precisa ter consciência de que estamos em um momento muito difícil”, afirma.

Já Camila lembra que, no início da crise, o governo do Maranhão lançou um pequeno edital de apoio aos artistas. Desde a primeira seleção, ela vem buscando participar, além do auxílio emergencial que recebia. “Comparado ao que a gente conseguia levantar antes com o nosso trabalho, é tudo muito menor, mas enfim, a gente vai se adaptando”. A dificuldade gerada pela pandemia não atingiu somente

a vida financeira da artista autônoma. A rotina de trabalho também faz falta. “A arte em si e o próprio trabalho, para quem trabalha com o que gosta, alimentam a gente. Então foi criada uma espécie de vazio”, reflete.

IMPACTO EM NÚMEROS

Como noticiou o Nexo Jornal (9/12), 48,88% dos agentes culturais perderam sua receita entre maio e julho de 2020. Os dados são da pesquisa “Percepção dos impactos da covid-19 nos setores cultural e criativo do Brasil”, divulgada em dezembro. A pesquisa, realizada entre junho e setembro de 2020, obteve 2.667 respostas, sendo 69,4% de indivíduos (pessoas físicas e trabalhadores) e 30,6% de coletivos (pessoas jurídicas). Entre março e abril de 2020, 41,06% deles perderam totalmente suas receitas. A pesquisa também avaliou os impactos na cadeia produtiva. As contratações de serviços de terceiros registraram redução total em 43,16% da amostra, no período de março e abril, percentual que subiu para 49,16% entre maio e julho.

Entre as necessidades mencionadas pelos participantes para a saída da crise, além do auxílio financeiro, entre março e julho, 18,69% dos respondentes gostariam de obter acesso a informações direcionadas ao setor. A segunda necessidade apontada foi a de participação em redes/networking (17,53%); a terceira, acesso a informações sobre o que fazer no processo de reabertura (16,71%). Os participantes também mencionaram a necessidade de apoio psicológico, suporte de consultoria e treinamento.

Na pesquisa, os participantes responderam sobre os impactos do isolamento social nas suas receitas, durante os meses de março a julho de 2020 e sobre as expectativas para o segundo semestre. O estudo foi coordenado pelos pesquisadores Pedro Affonso, André Lira e Rodrigo Amaral, com apoio da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), da Universidade de São Paulo (USP), do Serviço Social do Comércio (Sesc) e do Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Cultura.

APOIO EMERGENCIAL À CULTURA

Com os impactos vividos pelo setor, foi aprovada, em 2020, a lei nº 14.017, mais conhecida como Lei Aldir Blanc [em homenagem ao poeta e compositor, morto em 2020 pela covid-19], de ações emergenciais para o setor da cultura, a serem adotadas durante o estado de calamidade pública provocado pelo coronavírus. Com a lei, o setor da cultura teve direito ao pagamento de um auxílio emergencial específico para aqueles afetados pela pandemia. O benefício foi pensado para trabalhadores e trabalhadoras, empresas, instituições e espaços de cultura, determinando que R\$ 3 bilhões fossem destinados à área da cultura, o que aconteceria pelo repasse do governo federal para estados e municípios, que fariam o gerenciamento dos recursos.

Aldrey acredita que a Lei Aldir Blanc foi “de extrema importância” nesse momento. “Em diálogo com outros artistas, a gente pode dizer: se um investimento como esse existisse sempre, o Brasil seria outro em relação à arte”, aponta. Ele explica que a lei conseguiu alcançar muitos artistas, por ser



CHAD KIRCHOFF

descentralizada. Os editais vieram também de setores privados, que passaram a lançá-los para manter vivo o trabalho dos artistas. “Passado tudo isso, eu acredito que algo possa permanecer”, reflete Aldrey.

Apesar das adaptações e da possibilidade de se apresentar online, o número de espetáculos e apresentações diminuiu. E como consequência, também houve impacto na renda. “Por mais que a gente estivesse expondo o trabalho na internet, o retorno financeiro é muito lento ou quase nada para o que nós tínhamos antes”. O grupo conseguiu realizar projetos por meio da Lei Aldir Blanc. “Por meio desse recurso que a gente recebeu, começamos a realizar projetos que também davam pra incluir outros artistas, que não tinham muito acesso. Isso ajudou não só a gente como também outros amigos que trabalhavam com arte”, avalia.

Camila já trabalhava com editais e projetos, por isso não teve muita dificuldade em se adaptar à lei. “Eu consegui dialogar fácil, mas para quem é artista e não tinha essa prática, é algo que acaba tendo certa dificuldade para se adaptar do dia para a noite”, pondera. Além de editais do estado e de outras entidades, ela considera a lei como a maior oportunidade para obter recursos no Maranhão.

Já Aline Mohamad define a Lei Aldir Blanc como “uma conquista desse povo da cultura”. “É um dinheiro que já era nosso, que a gente tinha direito, mas não tinha acesso. Precisou vir uma pandemia e de muito barulho para que a gente tivesse direito a esses recursos”, ressalta. Segundo a produtora, as execuções da Lei Aldir Blanc foram “um respiro” para que os artistas pudessem receber pelo trabalho. “Artista é uma coisa de não para, artista sempre se reinventa e se redescobre. Viver de bilheteria virtual estava muito difícil. Alguns conseguiram uma boa bilheteria virtual, mas nem sempre”, pontua.

Entretanto, a produtora ressalta que é preciso pensar na continuidade do setor, agora que as medidas foram



executadas. “Como é que vai ser daqui para frente? É uma questão que a gente precisa pensar e repensar, porque a pandemia não acabou e nem vai acabar agora. Esse retorno vai ser demorado”, avalia. Atrasos fizeram com que parte do dinheiro da lei — 773,9 milhões de reais — não fossem executados. Em março, a Câmara dos Deputados aprovou um Projeto de Lei do Senado que reformula a Aldir Blanc. Com isso, prorroga os prazos para a aplicação dessa parte dos recursos, possibilitando que municípios reabram editais e chamadas públicas, além da compra de bens e serviços até o primeiro semestre de 2022. Essa lei foi, posteriormente, sancionada.

ADAPTAR É PRECISO

“A gente foi aprendendo a se reinventar”, diz Aline. Entre as adaptações, ela lembra que o Circuito Paralelo de Artes de São Paulo, a Faroffa, teve outra edição, agora online, com a exibição de mais de 170 espetáculos. Ela também conseguiu fazer um monólogo presencial e com transmissão ao vivo, com a lei de apoio à cultura durante a pandemia. Já outra peça não pode ser adaptada. “A gente não conseguiu adaptar para a forma online ainda ou talvez ela não seja adaptada, porque eram 15 mulheres pretas em cena. É uma peça que, voltando, vai ser uma das últimas”, afirma, em referência ao número de integrantes.

Em 2020, a forma de trabalhar do K’Os Coletivo também mudou. Já em março do ano passado, foram obrigados a transformar seu trabalho para ser apresentado de forma online, seja gravado ou ao vivo. Organizaram lives, com tempo máximo de uma hora de apresentação. Com isso, foi preciso adaptar o formato do espetáculo, a estrutura e o tempo. Acostumados a lidar com criação e improvisação, o K’Os Coletivo encontrou dificuldade maior na falta de todos os equipamentos, como cenário e figurino. A equipe também fez

outros tipos de apresentações, como por exemplo, de forma gravada e, poucas vezes, de maneira presencial, seguindo as regras para a pandemia.

Apesar dos editais a que eles têm acesso e dos auxílios, o número de apresentações não chega a 20% do que tinham antes. Mesmo com os impactos em sua vida, Aldrey reforça que compreende as medidas de restrição. “A gente sabe que se tem diminuição dos casos, a gente volta a trabalhar. A gente é bem consciente em relação a isso”, reforça. Já Camila conta que a estabilidade foi “totalmente impactada”. “Eu estava buscando ter sempre uma agenda de trabalho organizada para que eu me mantivesse como artista independente”, relata. Esse sonho da independência teve de esperar um pouco.

IMPACTOS EM CADEIA

Aldrey conta que o início da pandemia foi desafiador. Com os 15 anos do K’Os coletivo, o grupo conseguia ter uma reserva, o que possibilitou que se mantivessem, ainda que de forma preocupante. “E ainda é preocupante”. Mas essa não é a mesma realidade de todos os seus amigos. “A gente tem muitos amigos do circo e do teatro — principalmente do circo — que são pessoas que não tem acesso ao que a gente tem, à internet, com um celular que dá para filmar”, reflete. “Acho que essa foi a maior preocupação, porque a gente teve que se fortalecer mais ainda como artistas”, afirma.

A pandemia não afetou só aqueles que trabalhavam nos palcos. Na enorme cadeia da arte e da cultura no Brasil, diversos profissionais sentiram igualmente o impacto em suas rotinas. Foi assim para Aline. Trabalhadora da cultura há mais de 20 anos, ela lembra de todos os empregos direitos que o setor gera. “Um monólogo, onde você vê uma pessoa em cena, precisa de pelo menos 15 pessoas por trás. Então são 15 pessoas que conseguem um emprego direto naquele projeto”, argumenta.

Ela exemplifica sobre as mudanças geradas pela pandemia em outros profissionais envolvidos com o seu trabalho. “Quando eu vou ao Rio, eu vejo um banner da estreia que eu fiz dois dias antes de parar. A gente ensaiou por três meses para fazer a peça por dois dias. O cara que fez o banner, ele recebeu daquela vez e acabou e, por um ano, ele está sem receber”, reflete.

Os impactos da crise não atingiram só a rotina e a renda dos trabalhadores, mas também geraram um cenário de incertezas. Segundo Aline, no meio artístico, espera-se muito que a produção tenha resposta e solução para tudo. Desta vez, ela não tinha. “Com a pandemia, entendi que tudo bem eu não ter resposta imediata para tudo, e que eu não sou menos profissional por isso”, ressalta.

“Para o setor das artes em geral, penso que a pandemia botou a gente do avesso”, diz Camila. Ela lembra que, no seu caso, ainda acredita que tem uma rede e já contava com eventos como pré-venda de livros online, além do trabalho com divulgação de músicas por conta de Spotify e Youtube. “Agora, é uma nova dinâmica e que muita gente teve que se adaptar. Foi muito impactante para o setor artístico. Aliás, tem sido. Penso tanto no impacto econômico como no sentido do que é esse nosso fazer artístico distante do público”, conclui. **F**

Enciclopédia Negra, em livro e exposição

De Abdias do Nascimento a Zumbi dos Palmares. A Enciclopédia Negra (Companhia das Letras), lançada em abril, reúne 416 verbetes biográficos que encenam um reencontro do Brasil com a memória silenciada de milhões de pessoas negras. Os historiadores Flávio dos Santos Gomes e Lília Moritz Schwarcz, juntamente com o artista visual Jaime Lauriano, passam em revista a história do país, da colonização aos dias atuais, a fim de restabelecer o protagonismo negro de mais de 550 personagens. São profissionais liberais; mães que lutaram pela alforria da família; ativistas e revolucionários; curandeiros e médicos; líderes religiosos que reinventaram outras Áfricas no Brasil, pessoas até então invisibilizadas pela historiografia e por privilégios sociais brancos. Um caderno de imagens traz retratos inspirados pelos verbetes desta enciclopédia, criados por 36 artistas negros. As 103 obras especialmente produzidas para o projeto foram doadas à Pinacoteca de São Paulo, onde estão expostas até 8 de novembro. Há registros de quem liderou movimentos de resistência; negociou condições de emprego e de vida; das mulheres que tiveram de ser separadas de seus filhos; das que, com seu trabalho, conseguiram comprar as alforrias; dos mestres curandeiros, professores, advogados, artistas, entre outros. Com a exposição, o número de obras de artistas negros na Pinacoteca passou de 26 para 129.



ENCICLOPÉDIA
NEGRA
FLÁVIO DOS SANTOS GOMES
JAIME LAURIANO
LÍLIA MORITZ SCHWARCZ
COMPANHIA DAS LETRAS



ECONOMIA E SAÚDE

Desenvolvimento, Saúde e Mudança Estrutural: O Complexo Econômico-Industrial da Saúde 4.0 no Contexto da Covid-19 reúne 12 artigos de mais de 30 pesquisadores da Fiocruz, UFRJ, Unicamp e UFF. Nesta edição da Revista Cadernos do Desenvolvimento, são observados os desafios e as transformações trazidas pela covid-19; análises sobre mudanças na produção em escala global e o papel do Estado; arranjos locais como espaços de autonomia no desenvolvimento de produtos e serviços no Brasil; financiamento do SUS; impactos da telemedicina, dentre outros temas. Baixe a publicação em <http://www.cadernosdodesenvolvimento.org.br/>.



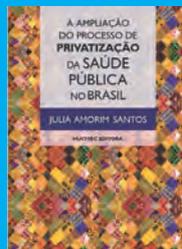
CIÊNCIA NAS REDES

Polígono é uma newsletter semanal e gratuita que traz os principais assuntos e debates de ciência nas redes sociais, produzida pelo Núcleo, da Volt Data Lab, agência de jornalismo independente focada em investigação, análise e visualização de dados públicos. A curadoria do conteúdo é feita pela jornalista Luiza Caires, editora do Jornal da USP e uma das principais vozes da divulgação científica no Twitter. A newsletter é enviada toda terça-feira, por volta das 10h. Conheça: <https://bit.ly/3wP8nSJ>.

POLÍGONO

PRIVATIZAÇÃO PERVERSA

Ampliação do Processo de Privatização da Saúde no Brasil (Hucitec Editora) demonstra como a privatização é uma forma sutil de dificultar o direito de acesso à atenção integral no SUS. A obra analisa os vários planos prejudicados pela renúncia governamental em assegurar o caráter de gestão pública do SUS e como essa ação compromete o financiamento do sistema, impede a construção de política e de pessoal e ainda permeia a gestão cotidiana do sistema. A privatização, na realidade, é uma forma incremental e perversa de desconstrução do direito universal à saúde.



IMPACTOS DA COVID-19

Uma pandemia vai muito além de uma doença. Com a proposta de refletir sobre os reflexos sociais do novo coronavírus, o ebook Os Impactos Sociais da Covid-19 no Brasil: populações vulnerabilizadas e respostas à pandemia reúne textos de cerca de 70 pesquisadores e pesquisadoras das mais diversas instituições de pesquisa e é fruto de uma parceria entre o Observatório Covid-19 Fiocruz e a Editora Fiocruz. Organizado pelos pesquisadores Gustavo Corrêa Matta, Sergio Rego, Ester Paiva Souto e Jean Segata, o volume é o segundo da série Informação para Ação na Covid-19 e pode ser baixado gratuitamente: <http://books.scielo.org/id/r3hc2>.

Estamos morrendo de trabalhar

YNAÊ LOPES DOS SANTOS*

Se o Brasil fosse um paciente que estivesse fazendo um check-up de rotina, ficaria alarmado com o que sua radiografia revelaria.

Quatrocentos e cinquenta mil mortos pela pandemia do coronavírus, sendo que mais da metade dessas mortes aconteceram quando as vacinas já haviam sido descobertas e disponibilizadas para o governo brasileiro.

Quatorze milhões e oitocentos mil desempregados. O maior índice desde 2012, e que tem tudo para crescer em meio à crise econômica que nos assola.

Dezenove milhões de brasileiros sem ter o que comer (sim, nós voltamos para o mapa da fome).

Cento e dezessete milhões de cidadãos que estão em insegurança alimentar. O que significa dizer que a metade da população de um país de proporções continentais não sabe se terá comida no prato nas próximas 48 horas.

Se isso não bastasse, parece que também há um mau funcionamento no nosso sistema nervoso central, que teve significativa piora em tempos pandêmicos. E, para nossa surpresa, essa comorbidade parece atacar a maior parte dos brasileiros, mesmo aqueles que, em meio a tantas adversidades pandêmicas, conseguiram conservar seus empregos, garantir algum tipo de renda, ou manter a casa funcionando: há o cansaço. Não aquele a que já estávamos acostumados, que muitas vezes se diluía na cerveja do fim do dia, nas horas a mais de sono nos finais de semana, ou nas pequenas ou grandes saídas. Estamos convivendo diariamente com uma exaustão extremada, num limite absolutamente perigoso que pode nos levar, literalmente, ao fim.

Esse cansaço tem muitas causas. A precarização crescente da classe trabalhadora, que nos últimos anos tem perdido seus direitos de forma acintosa, é uma delas. Não podemos nos esquecer do medo (absolutamente legítimo) de contrair covid-19 nas atividades presenciais, ou nos transportes que nos levam até elas. Existe também a abolição de qualquer ritualização do tempo nessa vida virtual, na qual as reuniões, meetings e zooms não têm hora para acabar, o almoço se faz em frente à tela, e os lembretes do grupo de trabalho do WhatsApp tocam até mesmo na madrugada. Quem tem o privilégio do trabalho remoto, deve ficar online 24 horas por dia.

Médicos especialistas já estão nos avisando: trabalho demais pode matar. Pode parecer um tanto óbvio, mas o corpo humano tem limites. E 55 a 60 horas semanais de trabalho extrapolam a nossa corporeidade. É simples: não comportamos tanto trabalho.

Ao que tudo indicia, nunca trabalhamos tanto e de forma tão precária.

Será mesmo?

O mês de maio nos convida a pensar a questão do trabalho, numa perspectiva que entende a história como uma importante ferramenta de aprendizado. Esse é o mês que se inicia com a comemoração do Dia do Trabalhador. Uma data (que em alguns países ganhou o status de feriado internacional) que rememora uma greve iniciada em Chicago em 1886, cujo objetivo principal era reduzir a jornada de trabalho, que chegava a 17 horas diárias. A manifestação foi abraçada por trabalhadores de outras cidades, causando confrontos com policiais que terminaram em prisões indevidas e na morte de alguns trabalhadores. Se hoje há uma jornada de trabalho fixada em oito horas diárias na maior parte das sociedades industrializadas, sabemos a quem agradecer.

Em meados de maio, mais especificamente no dia 13, o Brasil celebra a Abolição da Escravatura. Uma comemoração controversa, que convoca uma série de reflexões, na medida em que, na história brasileira, o fim da escravidão ainda é contado de forma racista, que não enxerga o dia 13 de maio de 1888 como o ápice de um movimento social composto majoritariamente por homens e mulheres negros que lutaram contra uma das mais abjetas instituições: a escravidão.

Sendo assim, não precisamos ir tão longe. Cento e trinta anos já bastam para entender que sim: já trabalhamos mais e de forma muito mais precarizada. Cinco gerações antes das nossas passavam mais de três quartos dos seus dias trabalhando. Isso quando estamos falando de pessoas livres que trabalhavam num regime assalariado. Houve ainda outras milhões de pessoas cujas vidas eram o trabalho. Não numa expressão espirituosa para definir os workaholics. Estou falando dos escravizados: homens e mulheres que não determinavam onde e quanto tempo trabalhariam, como também não tinham gerência sobre os produtos gerados pela sua força de trabalho — uma condição que subjogou milhões de pessoas (negras) e que fundou o mundo que conhecemos hoje.

Estamos morrendo de trabalhar hoje, mas já morreremos de trabalhar antes. E, é preciso frisar: morreremos de formas diferentes a depender da nossa condição socioeconômica e da nossa cor da pele. E essa constatação não deve ser uma pá de cal no nosso anseio por um futuro melhor e menos exaustivo. Pelo contrário: a história nos ensina que a melhoria das condições de trabalho sempre esteve a cargo da classe trabalhadora (fosse o trabalhador livre, fosse o escravizado). Como diria Jurema Werneck, nossos passos vêm de longe. Que possamos honrar a luta pretérita e construir um mundo no qual o trabalho não nos mate. 

Este texto foi publicado originalmente na coluna Negros Trópicos, da DW Brasil. Link: <https://bit.ly/3yUuNny>.

■ * MESTRE E DOUTORA EM HISTÓRIA SOCIAL PELA USP, É PROFESSORA DE HISTÓRIA DAS AMÉRICAS NA UFF E AUTORA DOS LIVROS ALÉM DA SENZALA (HUCITEC 2010), HISTÓRIA DA ÁFRICA E DO BRASIL AFRODESCENDENTE (PALLAS, 2017) E JULIANO MOREIRA: MÉDICO NEGRO NA FUNDAÇÃO DA PSIQUIATRIA DO BRASIL (EDUFF, 2020).



No fim de 2020,
**mais da metade
da população
brasileira**

estava vivendo
em situação de
insegurança
alimentar.

**Você sabe o que
é isso?**

**O que podemos
fazer?**

O primeiro passo é
olhar para a fome.



**Olhe para
a fome**

<http://olheparaafome.com.br>